



# Anais da Assembléia

Nº 94

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE AGOSTO DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOCELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CEZAR SILVESTRI

## Representação Partidária

**PMDB** – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** – 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossóni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** – 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** – 01: Jocelito Canto.

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 69.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 1995  
(SEGUNDA-FEIRA)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ofício n° 522/95

Curitiba, 07.08.95

Senhor Presidente.

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

Tenho a honra de encaminhar a essa augusta Assembléia Legislativa o incluso anteprojeto de lei, com a justificativa que o acompanha, objetivando estabelecer novos critérios de fixação do vencimento de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, nos termos da deliberação do egrégio Tribunal Pleno, hoje tomada por unanimidade de votos.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Neureu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

O anteprojeto de lei que se submete à apreciação dos ilustres parlamentares paranaenses visa estabelecer uma política salarial permanente, colimando preservar a independência do Poder Judiciário, bem como o respeitoso e harmonioso relacionamento existente entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Ao ensejo, Senhor Presidente, na certeza de contar com a prestimosa colaboração de V. Exa. para a aprovação da mensagem ora encaminhada, reitero as minhas expressões de elevada estima e profunda consideração.

Sala das Sessões, em 14.08.95

(a) CLÁUDIO NUNES DO NASCIMENTO  
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFÍCIO N° 066/95

Curitiba, 14.08.95

Senhor Presidente.

Tem o presente finalidade de informar a V. Exa., minha desfiliação do Partido Progressista.

Sem mais o que se me apresenta para o momento, valho-me do presente para prestar minhas cordiais saudações.

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) NEIVO BERALDIN

Art. 1° - O vencimento de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná fica fixado em R\$ 2.814,82 (dois mil, oitocentos e quatorze reais e oitenta e dois centavos).

Parágrafo Único - A remuneração decorrente da fixação determinada no "caput" deste artigo não pode ultrapassar a de Ministro do Supremo Tribunal Federal, observada, sempre, a gradação do inciso V do artigo 93 da Constituição Federal, no percentual de 5% (cinco por cento), com relação aos cargos referidos nesta lei.

Art. 2° - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta da dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de agosto de 1995, ficando revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

O Poder Judiciário não pode cumprir sua relevantíssima função judicante sem que lhe seja assegurada inteira independência, inclusive econômica, como está consagrado no artigo 2° da Constituição Federal.

É que a mola mestra do devido processo legal, o "due process of law" dos america-

nos, é a imparcialidade do juiz, quer no primeiro, quer nos graus superiores, que inexistem desobscurecida quando o juiz não desfruta de independência completa.

Sem Poder Judiciário forte e independente não há, nem pode haver, democracia estável.

A tranquilidade do povo está intimamente ligada à segurança individual confiada ao Poder Judiciário que garante, sem distinção de pessoas, pela sentença, a integridade dos direitos fundamentais do cidadão, propiciando-lhe a reparação de qualquer lesão desses direitos, que decorra de ato ilegal ou abusivo.

Aqui no Paraná há respeito e harmonia entre os Poderes, que vivenciam, pelos seus integrantes, o princípio constitucional que visa preservar por meio desta lei.

Com o objetivo de estabelecer uma política salarial permanente para os magistrados, de tal maneira a conformar os interesses dos três Poderes e afastar, de vez, a possibilidade de conflito de entendimentos, que nada contribui para a tranquilidade existente, elaborou-se o Anteprojeto de Lei que acompanha a presente Justificativa.

O teto proposto para a remuneração máxima de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado é o que consta da Constituição Federal (art. 37, XI) e a proporção da diferença gradativa, também proposta, está igualmente prevista na mesma Carta Magna (art. 93, V).

A presente fixação de vencimento de Desembargador corresponde a um percentual 6,55% (seis vírgula cinquenta e cinco por cento) menor do que o do aumento proposto ao funcionalismo público estadual 10% (dez por cento).

#### MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete do Procurador Geral

Ofício nº 0800

Curitiba, 09.08.95

Senhor Presidente.

Nos termos do artigo 127, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 65 e 114, § 2º, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Assembléia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei, que objetiva reajustar os vencimentos básicos mensais do cargo de Procurador-Geral de Justiça, a partir de 01 de agosto de 1995.

Na certeza de que a presente proposição merecerá dessa augusta Casa de Leis o necessário apoio e conseqüente aprovação, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO  
Procurador-Geral de Justiça

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O vencimento básico mensal do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná fica fixado em R\$ 2.814,82 (dois mil, oitocentos e catorze reais e oitenta e dois centavos).

Parágrafo Único - A remuneração decorrente da fixação determinada no "caput" deste artigo não pode ultrapassar a do Procurador-Geral da República, observada, sempre, a gradação do artigo 47, da Lei Federal nº 8.625/93, no percentual de 5% (cinco por cento), com relação aos cargos referidos nesta lei.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 1995, ficando revogadas as disposições em contrário.

#### JUSTIFICATIVA:

O Ministério Público, a partir da vigência da Constituição de 1988, passou a ser reconhecido como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Assegurou-se-lhe autonomia funcional e administrativa, recebendo assim tratamento compatível com a grandeza de suas tradicionais e novas atribuições.

Aos seus agentes, na perspectiva de que possam cumprir com suas relevantes funções institucionais e interferir positivamente na realidade social, estabeleceu o texto constitucional as garantias da vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos, aqui também englobada a indispensável independência econômica.

No Paraná, mercê do relacionamento estabelecido entre os Poderes do Estado e o Ministério Público, experimenta-se situação de absoluta harmonia e respeito às suas prerrogativas institucionais, de modo a impulsionar a instalação de genuíno Estado Democrático de Direito e assegurar ao povo paranaense o exercício dos predicados elementares da cidadania.

Nesse contexto, objetiva-se através do presente anteprojeto de lei o estabelecimento de política salarial permanente, capaz de proporcionar aos membros do Ministério Público a tranquilidade necessária para o desempenho de suas atividades sempre voltadas ao bem-estar da população, além de afastar o surgimento de conflitos remuneratórios indesejáveis.

Vale anotar que o vencimento proposto importa em aumento correspondente a 6,55% (seis vírgula cinquenta e cinco por cento), portanto inferior ao percentual de reajuste dos servidores públicos estaduais (10% - dez por cento).

O teto indicado, que respeita o disposto no artigo 128, § 5º, inciso I, letra "c", da Constituição Federal, é o que consta na Constituição do Estado do Paraná (artigo 18, inciso I, letra "f"), sendo que a proporção da diferença gradativa resta igualmente prevista no texto da Lei Federal nº 8.625/93.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ  
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
Ofício nº 802/95

Curitiba, 09.08.95

Senhor Presidente.

Nos termos do artigo 127, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 65 e 114, § 2º, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Assembléia Legislativa o incluso Anteprojeto de Lei, que visa reajustar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça. Órgão da Administração Superior do Ministério Público, a partir de 1º de agosto de 1995.

Na certeza de que a presente proposição merecerá dessa augusta Casa de Leis o

necessário apoio e conseqüente aprovação, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO

Procurador-Geral de Justiça

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça ficam reajustados, a partir de 1º de agosto de 1995, na forma das tabelas que constituem o Anexo I desta lei.

Art. 2º - O valor do Salário-Família, por dependente legal, fica fixado em R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos).

Art. 3º - Os valores das Gratificações de Produtividade fica fixado em R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais).

Art. 4º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete, ficam, a partir de 1º de agosto de 1995, fixados na forma do Anexo II desta lei.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta da dotação orçamentária da Administração dos Serviços do Ministério Público.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 1995, revogadas as disposições em contrário.

#### ANEXO I

#### TABELA I

VIGÊNCIA: AGOSTO DE 1995

NIV/REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L
....1....	780,66	811,89	844,36	878,14	913,26	949,79	987,78	1.027,29	1.068,39	1.111,12	1.155,57
....2....	709,57	737,95	767,47	798,17	830,09	863,30	897,83	933,74	971,09	1.009,94	1.050,33
....3....	644,95	670,75	697,58	725,48	754,50	784,68	816,07	848,71	882,66	917,96	954,68
....4....	586,21	609,65	634,04	659,40	685,78	713,21	741,74	771,41	802,26	834,35	867,73
....5....	373,95	388,90	404,46	420,64	437,46	454,96	473,16	492,09	511,77	532,24	553,53
....6....	307,36	319,65	332,44	345,73	359,56	373,95	388,90	404,46	420,64	437,46	454,96
....7....	252,62	262,73	273,24	284,17	295,53	307,36	319,65	332,44	345,73	359,56	373,95
....8....	207,64	215,94	224,58	233,57	242,91	252,62	262,73	273,24	284,17	295,53	307,36
....9....	309,05	321,41	334,26	347,63	361,54	376,00	391,04	406,68	422,95	439,87	457,46
...10....	254,01	264,17	274,74	285,73	297,16	309,05	321,41	334,26	347,63	361,54	376,00
...11....	208,78	217,13	225,82	234,85	244,24	254,01	264,17	274,74	285,73	297,16	309,05
...12....	171,60	178,47	185,60	193,03	200,75	208,78	217,13	225,82	234,85	244,24	254,01
...13....	255,41	265,63	276,25	287,30	298,79	310,74	323,17	336,10	349,55	363,53	378,07
...14....	209,93	218,33	227,06	236,14	245,59	255,41	265,63	276,25	287,30	298,79	310,74
...15....	172,55	179,45	186,63	194,09	201,85	209,93	218,33	227,06	236,14	245,59	255,41
...16....	141,82	147,49	153,39	159,53	165,91	172,55	179,45	186,63	194,09	201,85	209,93

## ANEXO I

## TABELA II

VIGÊNCIA: 08/95

Cargos em comissão do Ministério Público

A - Cargos de Direção e Assessoramento Superior	
Simbologia	Valor
Simbolo DAS-1	498,91
Simbolo DAS-3	410,39
Simbolo DAS-5	320,96

B - Cargos em Comissão	
Simbologia	Valor
Simbolo 1-C	207,12
Simbolo 3-C	176,57
Simbolo 9-C	119,70
Simbolo 2-C	191,28

Função Gratificada do Ministério Público	
Simbolo 1-F	12,57
Simbolo 2-F	10,68
Simbolo 3-F	9,42
Simbolo 4-F	7,55
Simbolo 5-F	6,91

## ANEXO II

GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GABINETE VIGÊNCIA: AGOSTO DE 1995		
SÍMBOLO	DENOMINAÇÃO	VALOR
DAS-1	DIRETOR-SECRETÁRIO	760,27
DAS-3	-	622,90
DAS-5	-	487,14
1-C	ASSISTENTE DE DEPARTAMENTO	319,56
2-C	ASSISTENTE TÉCNICO	112,41
1-C	-	121,72
3-C	-	103,77
9-C	-	64,81

OFÍCIO n° 2059/95

Curitiba, em 14.08.95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, Anteprojeto de Lei, que fixam o vencimento básico mensal dos cargos de Conselheiro, Auditor, Procurador-Geral e Procurador do Estado junto a este Tribunal, a partir do dia 01 de agosto de 1995.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu distinto e elevado apreço.

Cordialmente,

Sala das Sessões, em 14.08.95  
(a) NESTOR BAPTISTA - Presidente

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - O vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica fixado, a partir de 1° de agosto de 1995, em R\$ 2.814,82 (dois mil, oitocentos e quatorze reais e oitenta e dois centavos).

Art. 2° - As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no artigo 1°, ficando revogadas as disposições em contrário.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - O vencimento básico mensal dos cargos de Auditor e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Paraná, fica fixado, a partir de 1° de agosto de 1995, em R\$ 2.674,08 (dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais e oito centavos).

Art. 2° - O vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Paraná, fica fixado, a partir de 1° de agosto de 1995, em R\$ 2.814,82 (dois mil, oitocentos e quatorze reais e oitenta e dois centavos).

Art. 3° - As despesas decorrentes da presente lei, correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos nos artigos 1° e 2°, mantidas as demais disposições da Lei n° 10.092, de 05 de outubro de 1992.

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

OFÍCIO N° 2060/95

Curitiba, em 14.08.95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, Anteprojeto de Lei, que reajusta em 10% (dez por cento) as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Contas, a partir do dia 01 de agosto de 1995.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu distinto e elevado apreço.

Cordialmente,

Sala das Sessões, em 14.08.95.  
(a) NESTOR BAPTISTA - Presidente

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - As tabelas de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, vigentes em março de 1995, ficam reajustados em 10% (dez por cento), na forma do Anexo Único desta lei.

Art. 2° - Ficam, também, reajustados os valores da Gratificação de Gabinete dos cargos de provimento em comissão, na mesma proporção dos verificados nos vencimentos dos respectivos símbolos.

Art. 3° - Ficam, ainda, reajustados o valor da Gratificação de que trata o Decreto Estadual n° 2.966, de 23 de setembro de 1980, para R\$ 27,75 (vinte e sete reais e setenta e cinco centavos), o valor da gratificação de Produtividade, para R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais) e o valor do Salário Família, por dependente legal, para R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos).

Art. 4° - As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros a partir de 1° de agosto de 1995.

#### ANEXO ÚNICO

Tabelas de vencimentos, do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, do cargo em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a vigorar a partir de 1° de agosto de 1995.

**TABELA I - CARGOS EFETIVOS****MÊS: AGOSTO/1995**

NÍVEL	REFERÊNCIAS			
	I	II	III	IV
1	929,05	938,62	948,20	957,78
2	672,05	678,98	685,91	692,84
3	644,34	651,27	658,20	665,13
4	616,63	623,56	630,48	637,41
5	588,91	595,84	602,77	609,70
6	561,20	568,13	575,06	581,99
7	533,49	540,42	547,34	554,27
8	505,77	512,70	519,63	526,56
9	478,06	484,99	491,92	498,84
10	450,35	457,27	464,20	471,13
11	422,63	429,56	436,49	443,42

**TABELA II - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "DAS"**

SÍMBOLO DAS-1	.....	498,91
SÍMBOLO DAS-2	.....	440,32
SÍMBOLO DAS-3	.....	410,38
SÍMBOLO DAS-4	.....	350,91
SÍMBOLO DAS-5	.....	320,94

**TABELA III - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "C"**

SÍMBOLO 1-C	.....	207,11
SÍMBOLO 2-C	.....	191,28
SÍMBOLO 3-C	.....	176,57

**TABELA IV - FUNÇÕES GRATIFICADAS**

SÍMBOLO 1-F	.....	12,57
SÍMBOLO 2-F	.....	10,68
SÍMBOLO 3-F	.....	9,42
SÍMBOLO 4-F	.....	7,55
SÍMBOLO 5-F	.....	6,91
SÍMBOLO 6-F	.....	5,63
SÍMBOLO 7-F	.....	4,38

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO N° 2212**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a autorização deste Poder para ausentar-se das Sessões Plenárias nos dias 15 e 16 de agosto, para atender a convocação da CPI dos Bingos em andamento na Câmara dos Deputados em Brasília, acompanhado de 2 (dois) assessores.

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) CAÍTO QUINTANA

**REQUERIMENTO N° 2216**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER autorização deste Poder para ausentar-se das Sessões Plenárias nos dias 15, 16, e 17 de agosto, atendendo a convite para participar da EXPOTÉCNICA 95 no Município de Sabáudia e manter contatos com autoridades da região.

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) JOSÉ TAVARES

**REQUERIMENTO N° 2202**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Sebastião, em 31/07/95.

Pessoa de grande número de amigos, deixa família e amigos enlutados.

Requer ainda que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada a Rua Dersino de Carvalho, 170 - Ronda - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

**REQUERIMENTO N° 2203**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER; após ouvido o douto Plenário conste na ata dos trabalhos de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Francisco Mendes, em 31/07/95.

Pessoa de grande número de amigos, deixa a família e amigos enlutados.

Requer ainda que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada à Rua General Carneiro, 340 - Centro - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

**REQUERIMENTO N° 2191**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente,

usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Antonio e Beranice Pianaro que completou 51 anos de feliz união conjugal, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO N° 2192**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal José Prestes e Maria Ivone Medeiros que completou 25 anos de feliz união conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Prata, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO N° 2193**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Tereza e Francisco Grabóski que completou 41 anos de feliz união



conjugal, comemorando desta forma as Bodas de Rubi, renovando o seu propósito de amor e fidelidade a Cristo. É um acontecimento muito importante e louvável, digno de merecer todo o nosso respeito e admiração. Foram todos estes anos vividos com respeito mútuo entre eles, trazendo alegria e união em seu lar. Souberam ao longo do tempo cultivar o amor no casamento. Estiveram sempre unidos, mantendo acesa a chama de amor, a qual permanece até hoje, em reconhecimento da união de duas vidas em uma.

Entendemos meritório este registro e nos somamos aos familiares e amigos do casal, na comemoração desta data tão significativa e que serve de exemplo a todos nós!

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2194

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações, de louvor e de muito aplauso ao empresário e farmacêutico Odair Lamoglia, que há 48 anos exerce a função de farmacêutico em Campo Largo, onde também possui a Farmácia São José. É toda uma vida dedicada à sua comunidade, emprestando seu talento, seus cuidados. A qualquer hora, com qualquer tempo, está sempre disposto a atender quem precisa, cumprindo seu juramento. É um exemplo a ser imitado, digno de figurar entre os mais ilustres paranaenses. Pai de família de conduta irrepreensível, atuação em várias entidades de sua região e sempre disposto a somar forças em benefício de sua cidade, de sua gente. Goza do melhor prestígio na classe empresarial e no meio farmacêutico. Precisamos que cidadãos assim sejam reverenciados por esta Casa de Leis, para que estes exemplos se multipliquem!

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2195

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Casa, voto de louvor, congratulações e melhor aplauso ao profissional de comunicação Antonio Carlos Carneiro Neto, figura exemplar no seu meio, com larga experiência e que hoje é mais do que um correto jornalista, confundindo-se com a história do rádio e do jornalismo esportivo. Comentarista da melhor qualidade, detentor de fina redação, visão equilibrada do nosso

esporte, particularmente o futebol, tem se dedicado com paixão às cores do nosso Estado.

Atualmente, exerce suas funções no rádio, onde é inimitável locutor esportivo, no Jornal Gazeta do Povo, com sua crônica diária indispensável e na televisão, em transmissões de eventos esportivos. É hora de receber o reconhecimento desta Casa, que traduz a gratidão e o carinho de seus milhares de admiradores. Seu talento, sua competência enriquecem nossa imprensa!

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2210

SÚMULA: Requer a inserção em Ata de voto de louvor ao gestor das ações do ex-BADEP, Dr. Wilmar Machiavelli.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje voto de louvor pela decidida ação empreendida por aquele competente administrador na condução dos assuntos de interesses do Governo do Estado, do empresariado paranaense e dos ex-funcionários daquele Banco, mediante a adoção de medidas objetivas voltadas ao integral cumprimento da missão que lhe foi incumbida, em boa hora, pelo Exmo. Governador Jaime Lerner.

Requer, ainda, que da presente deliberação se dê ciência ao Dr. Wilmar Machiavelli, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Vicente Machado, 445 - Nesta Capital.

#### REQUERIMENTO N° 2224

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, Requer à douta Mesa Executiva, a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de louvor pelo lançamento, no último dia 11, do programa "Rádio Aluno".

O programa foi lançado pela Rádio Educativa e se constitui numa ação conjunta da Secretaria de Estado da Cultura e da FUNDEPAR, visando o fortalecimento do ensino no Estado, através da participação do jovem estudante na vida e na cidadania paranaense. O primeiro programa "Rádio Aluno", contou com a participação de 25 alunos e versou sobre o tema "Meio Ambiente".

Pelo alto alcance do programa, que será transmitido semanalmente, às sextas-feiras, 18:00 horas, pela Rádio Educativa, merecem seus idealizadores e promotores, os votos de louvor desta Casa. Pelo

que se requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado conhecimento ao Senhor Secretário de Estado da Cultura, Dr. Eduardo Virmond e ao Dr. Segismundo Morgenstem, Presidente da FUNDEPAR e ao Senhor Diretor da Rádio Educativa.

Sala das Sessões, em 14.08.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2209

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Exmo. Senhor Governador do Estado, Arquiteto Jaime Lerner, solicitando do mesmo providências no sentido de que o Estado assumira a gestão do Hospital da COPEL instalado na Usina de Salto Segredo, na área compreendida no Município de Pinhão.

Cabe destacar que a COPEL está desativando as respectivas instalações naquele município, tendo em vista o encerramento de algumas etapas nas obras da referida Usina Hidrelétrica. A COPEL chegou a ter quatro mil homens trabalhando e residindo no município de Pinhão. Agora, com o início do processo de transferência dos funcionários para outras frentes de trabalho, serão mantidos no município de Pinhão somente duzentas pessoas encarregadas dos serviços de manutenção.

Com a redução do contingente de trabalhadores, a COPEL não mais manterá o hospital que instalou no referido município. Porém, já se comprometeu a deixar no local todos os equipamentos e a estrutura integral do hospital. Contudo, não mais se responsabilizará pela manutenção e administração do centro médico.

O hospital em questão atende ao município de Pinhão e a toda região adjacente, sendo que o atendimento prestado naquela unidade só tem equivalente mais próxima na Cidade de Guarapuava.

Os municípios da região não têm recursos para assegurar a continuidade do funcionamento do hospital da COPEL. Portanto, para que a população continue a ter atendimento na área de saúde, sem necessitar do deslocamento até Guarapuava, reivindicam que o Governo do Estado entre em acordo com a COPEL e passe a destinar recursos para a manutenção do mencionado hospital, evitando uma crise no atendimento hospitalar dos cidadãos de Pinhão bem como da região polarizada.

A área de saúde no Paraná como em todo o Brasil não comporta adiamentos, motivo pelo qual encarece-se que seja a presente situação analisada em caráter de urgência, objetivando sobretudo que o atendimento médico e hospitalar não seja interrompido para um grande número de munícipes.

Sala das Sessões, em 14.08.95

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 2223

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições, REQUEREM à Mesa Executiva desta Casa, o envio de mensagens ao Governador de Rondônia, Sr. Valdir Raupp, ao Ministério Público, Tribunal e Corregedoria de Justiça do mesmo Estado, solicitando apuração e devida responsabilização sobre os autores do massacre ocorrido no último dia 09 de agosto na Fazenda Elina, em Corumbiara, sul de Rondônia, que resultaram na morte de onze pessoas (nove sem-terra, inclusive uma menina de sete anos, e dois PMS), 100 (cem) feridos, sendo 30 (trinta) em estado grave.

Impende esclarecer a ordem judicial de reintegração de posse, expedida pelo Juiz Glodner Pauletto, da Comarca de Colorado do Oeste e cumprida por 300 (trezentos) policiais militares, às 02:00 horas da madrugada, em afronta à Constituição Federal, que em seu art. 5º, inciso XI, determina cumprimento da ordem judicial durante o dia e, obviamente, sem excessos, como disciplina o Código Penal vigente.

Há que se apurar o por quê do imediatismo no cumprimento da ordem à noite, posto que primeiras horas da madrugada, e o mais grave com requintes de crueldade, como denunciavam testemunhas em jornais e Comissão Pastoral da Terra, conforme faz anexo, além da extrema covardia dos policiais matarem pelas costas, como atestam os legistas entrevistados pelos veículos de comunicação nacional e ainda com a participação de jagunços na ação policial.

Ao Sr. Ministro do Planejamento, José Serra, solicitamos uma mensagem no sentido de liberar recursos para reforma agrária, conforme previsto em orçamento para este ano, que do total de R\$ 1 bilhão, apenas foi liberado, até junho R\$ 32 milhões. Destes, o Estado de Rondônia obteve apenas R\$ 615 mil, quando a previsão orçamentária para esta unidade federativa é de R\$ 3,2 milhões.

O investimento no social é uma obrigação dos governos federal, estadual e municipal. Violência como as de Rondônia podem ser evitadas com uma ação ágil e eficaz de previsão, via reforma agrária, a que, oportunamente, requeremos um atendimento mais imediato.

Ao final, os signatários repudiam toda e qualquer ação de violência aos direitos humanos, com mais veemência aos praticados por ordem judicial e cumpridas por policiais despreparados para o trato com o ser humano, como o caso de Rondônia. Esperamos também que esta Casa assim se manifeste,

Curitiba, segunda, em 14.08.95

ao menos em nome do Estado de Direito Democrático.

Sala das Sessões, em 14.08.95

(aa) ÂNGELO VANHONI

EMERSON NERONE

DOUTOR ROSINHA

IRINEU COLOMBO

PÉRICLES DE MELLO

Apoiamento: Augustinho Zucchi, Caíto Quintana, Algaci Túlio e Eduardo Trevisan.

# COMISSÃO PASTORAL DA TERRA Regional Rondônia

Massacre de Posseiros da Fazenda Santa Elina

A Fazenda Santa Elina, de propriedade do médico/fazendeiro, do Estado de São Paulo, conhecido pelo nome de Hélio Pereira de Moraes, está localizada na linha 06 do Município de Corumbiara. A fazenda constitui-se de 08 (oito) lotes de 2.000 hectares, totalizando uma área de aproximadamente 16.000 hectares. Estes lotes foram negociados pelo INCRA-RO, através de Contratos de Alienação de Terras Públicas - CATPs, expediente usado na região amazônica, das décadas de 60 e 80 para incentivar o "desenvolvimento". Estes CATPs são vinculados a execução de um projeto de "desenvolvimento agropecuário", no caso de Rondônia 99% destes contratos estão inadimplentes, portanto o INCRA deveria reaver as terras para o domínio da União e fazer uma destinação social mais justa.

No dia 15/07/95 um grupo de 500 trabalhadores rurais, liderados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Corumbiara, ocuparam a fazenda no dia 19/07/95 por volta das 16:30 horas, houve uma primeira ação envolvendo aproximadamente 40 Policiais Militares com objetivo de fazer cumprir um mandado judicial de reintegração de posse ao fazendeiro expedida pelo Juiz Substituto, Roberto Oliveira, da Comarca de Colorado D'Oeste. Os posseiros reagiram com pedras e pedaços de pau impedindo que o grupo de policiais executassem o despejo das famílias. Neste confronto o Secretário do Sindicato dos Trabalhadores de Corumbiara foi baleado pela PM, sendo logo em seguida internado no hospital da Fundação SESP do Município de Velhena.

No dia 01/08/95, o Juiz Titular da Comarca de Colorado, Glodner Luiz Pauletto, ratificou o mandado anterior e solicitou reforço de policiamento para imediata execução do despejo. Foi assim que no dia 08/08/95, um agrupamento de 300 policiais militares chegou na região da fazenda Santa Elina. Ainda neste mesmo dia os posseiros

estavam tentando uma saída negociada para o conflito.

As duas horas da madrugada do dia 09/08/95, os 300 policiais militares investiram contra os posseiros. Assustados e apavorados os posseiros tentaram reagir, foi quando os policiais, com todo o requinte de crueldade adentraram pelo acampamento jogando bombas e disparando tiros contra as pessoas presentes, causando mortes e muitos feridos. Depois do tiroteio os policiais continuaram promovendo um verdadeiro festival de espancamento. Muitos dos feridos que estão sendo atendidos em hospitais da região foram vítimas deste tipo de truculência.

Dados oficiais indicam a morte de 11 pessoas, entre estes 2 policiais militares, 2 crianças e 7 posseiros. O número de feridos chega a mais de 100 pessoas, sendo que pelo menos 30 estão em estado grave.

A área é de difícil acesso e não há hospitais próximos. Os feridos estão sendo levados para hospitais nos municípios vizinhos de Cerejeiras, distante aproximadamente 70 Km, Colorado D'Oeste, distante 90 Km e Vilhena, distante 180 Km. Os policiais militares e um posseiro ferido no confronto foram trazidos para a Capital, Porto Velho, distante 900 Km.

A situação atual das 1.300 (mil e trezentas) pessoas que se encontravam na área é a seguinte:

- 300 pessoas foram presas no Ginásio de Esportes de Colorado;
- 150 homens foram presos na Delegacia de Polícia de Colorado;
- 100 crianças e 80 mulheres ficaram detidas no Centro Comunitário da Paróquia Católica de Colorado;
- Existem muitos posseiros desaparecidos.

Diante de tamanha crueldade e truculência contra trabalhadores rurais sem-terra a Comissão Pastoral da Terra vem a público fazer as seguintes afirmações:

1. Responsabilizamos o Governo Federal/INCRA, que ao invés de realizar uma Reforma Agrária, ampla e integral como forma de solucionar o gritante problema social. Da concentração da terra que causou tantas mortes está empenhado na Reforma Constitucional gastando altos recursos públicos em negociações com a Bancada Ruralista no Congresso. Propagandeou a assinatura de decretos de desapropriações em todo o País mas não destinou recurso.

A questão agrária, tratada neste como em outras governos como caso de polícia e de segurança nacional neste País, tornou-se hoje uma questão de cidadania, de democracia e sobretudo, de sobrevivência para milhões de brasileiros. No contexto atual da polícia liberal comandada por um governo social-democrata, a reforma agrária é tida

como ultrapassada desnecessária e inviável, até por tradicionais defensores dela.

2. Responsabilizamos o Poder Judiciário por tamanha barbárie ocorrida na fazenda Santa Elina. Nos últimos 10 anos a CPT registrou 942 assassinatos de trabalhadores rurais, advogados, lideranças sindicais, religiosas e outros profissionais ligados à luta pela terra. Contabilizou 5.767 conflitos, envolvendo 5.739.238 pessoas. Nos últimos 20 anos apenas 52 casos de homicídios por conflitos de terra foram a julgamento. Contudo, o Poder Judiciário, em geral, não raro servil às oligarquias agrárias que ainda mandam neste País, tem sido rápido e eficiente contra os trabalhadores, na determinação de mandados de reintegração de posse e despejos, como no caso da fazenda Santa Elina, cujo cumprimento pela Polícia Militar, não poucas vezes, tem se traduzido em atos explícitos de violência como ameaças, queima de roças, destruição de casas, apreensão de instrumentos de trabalho e mortes.

3. Esperamos que este massacre não se torne um "Carandiru Rural" que as reais circunstâncias em que estas mortes ocorreram sejam de fato apuradas, com acompanhamento das organizações de representação dos trabalhadores rurais e outros organismos de defesa dos direitos humanos, e que os culpados sejam severamente punidos.

A luz do Evangelho de Jesus Cristo e atenta aos sinais dos tempos, a CPT renova seu compromisso com os trabalhadores e trabalhadoras rurais na luta pela terra e na terra, frente ao atual processo de exclusão, e em parceria com as organizações do campo e da cidade. Reafirma sua missão de promover o direito a cidadania plena, colaborando na implantação da reforma agrária. Anima a esperança no Deus da Terra e da Vida, e exorta à participação de todos na construção de um Brasil "economicamente justo, politicamente democrático, socialmente equitativo e solidário e culturalmente pluralista" (II Semana Social Brasileira). Para esta tarefa cristã, conclama todos que amam a Terra e a Vida e querem humanizar esta sociedade e este País.

Porto Velho, 11 de Agosto de 1995

(a) VITOR HUGO GARBIN  
Coordenador CPT-RO

Manifestações de solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra podem ser remetido pelo nosso endereço.

REQUERIMENTO N° 2208

Senhor Presidente.

O Deputado que firma este documento, no uso de suas prerrogativas regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio dos cumprimentos desta Casa à diretoria da Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda - COPAGRIL, pela passagem do seu 25º aniversário de fundação, cuja efeméride transcorreu dia 09 do corrente mês de agosto.

Atuando em sete municípios paranaenses e um do Mato Grosso do Sul e com um quadro associativo de 3.925 membros, a COPAGRIL é, hoje, um marco notável na economia agrícola-comercial regional, e não menos, estadual e nacional. Solidificando ao passar de um quarto de século e conquistado pelo pioneirismo de seus primeiros associados e as decisões corajosas de suas diretorias sucessivas e assembleias, que souberam ao longo desse tempo acreditar e conjugar os interesses individuais à vocação da entidade em ser uma cooperativa concreta e efetiva, para distribuir benefícios e resultados a sua coletividade associativa.

Como é um registro de alta significância para toda a vasta região da citada cooperativa, é apresentada esta proposição. E de seu aprovado, se requer, seja oficializado ao Senhor Valter Vanzella, atual Presidente da COPAGRIL, à Rua 09 de agosto, 700, na Cidade de Marechal Cândido Rondon, PR (CEP 85960-000).

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 2188

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129, e seguintes do Regimento Interno), REQUER, o encaminhamento de expediente ao Dr. Miguel Salomão, M.D. Secretário de Estado da Fazenda, solicitando a alteração do Art. 149 do Regulamento do ICMS-PR, dispensando a emissão de Nota Fiscal para as operações realizadas com "bagaço" de laranja.

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A atual redação do Regulamento do ICMS-PR, dispõe:

"Art. 149 - O Produtor agropecuário não inscrito no CAD/ICMS emitirá Nota Fiscal de Produtor (Convênio SINIEF, de 15.12.70, art. 58):

I - sempre que promover a saída de mercadoria;

II - na transmissão de propriedade de mercadoria;

III - nas demais hipóteses previstas neste Regulamento.

§ 1º - Fica dispensada a emissão de Nota Fiscal de Produtor:

a) no transporte manual e carroçável de produto da agricultura e da criação e

Curitiba, segunda, em 14.08.95

seus derivados, excluída a condução de rebanho;

b) na entrega em operação interna de leite paranaense pelo cooperado à cooperativa ou por produtor ao estabelecimento comercial ou industrial;

c) na entrega em operação interna da produção dos cooperados às suas cooperativas, quando emitida a Nota Fiscal de Entrega em Cooperativa;

d) nas operações internas com cana-de-açúcar, desde que o adquirente adote e deixe à disposição do fisco demonstrativo de pesagem de cana, por carga e fornecedor, sem prejuízo de demais controles exigidos por outros órgãos".

Recentemente a Citricultura foi implantada no Estado, como cultura alternativa, gerando empregos e aumentando a arrecadação.

A Citricultura paranaense sempre contribuiu e vem contribuindo em muito, sendo uma das maiores fontes de emprego, transformando-se numa atividade essencial para a sobrevivência do trabalhador.

A Citricultura encontra-se com problemas no tocante a emissão de Nota Fiscal; a cada 20 minutos um caminhão carregado de "bagaço" de laranja sai de cada empresa, com seu destino. É inviável a confecção de notas fiscais a cada saída do resíduo, haja vista que empresas deste gênero, atuam com três turnos de trabalho, ou seja, com período integral.

A exemplo de outras atividades de menor importância para o Estado, fora dispensado da emissão de Nota Fiscal do Produtor.

Pretende que o mesmo benefício seja estendido à citricultura.

Por isso, solicita a alteração do art. 149, § 1º, do Regulamento do ICMS, a fim de conceder o benefício de dispensa da emissão de Nota Fiscal do Produtor, também para as operações realizadas com "bagaço" de laranja.

#### REQUERIMENTO N° 2189

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129, e seguintes do Regimento Interno), REQUER o encaminhamento de expediente ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor Presidente da Televisão Paranaense apresentando aplauso deste Poder Legislativo, pela introdução na programação da emissora do Programa "Meu Paraná" e especialmente pela exibição no último dia 15 de julho, dedicada ao "Grupo Gralha Azul" de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) WALMOR TRENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

O "Grupo Gralha Azul" cuja composição atual é formada pelo advogado-bancário-ve-

reador e compositor Paulo Cesar de Oliveira, pelo animador cultural Dorival Torrente, pelo contabilista Mauro De Vitro, pelo bioquímico Roberto Simões, pelo professor de música Braga e pelo Preto, tem uma participação riquíssima na vida cultural não só de Paranavaí, não só do Noroeste do Estado, mas do Paraná, pois suas músicas falam das nossas coisas, das nossas raízes.

Com vários discos independentes gravados, preparando-se para a primeira produção em laser, o grupo tem 18 anos de intensa atividade, participando de festivais, de apresentações exclusivas e é conhecido, reconhecido e admirado por todos quantos prezam a arte e a cultura paranaenses.

O "Grupo Gralha Azul" se constitui em orgulho para nós que fazemos Paranavaí e o noroeste do Estado, pois além de cantar as coisas do Paraná, o faz com admirável talento e beleza. Com o espaço dedicado pelo programa "Meu Paraná" da Rede Paranaense de Televisão ao Grupo, o Estado do Paraná inteiro passou a conhecê-lo e teve a oportunidade de sentir toda a grandeza desse pedaço importante de nossa riqueza cultural.

O estilo eclético do Grupo marcado pelas composições nativistas pode ser ampliado pela feliz iniciativa desse homem que tem uma história de amor ao Paraná, e faz de sua rede de comunicações uma janela para a divulgação e defesa de nossos valores e riquezas.

Por isso, nosso registro nos anais deste Poder, em reconhecimento a mais esse serviço prestado ao Paraná por esse grande paranaense e em homenagem ao "Grupo Gralha Azul", que é luminar da arte do pedaço do Paraná que aqui representamos com justificado orgulho.

#### REQUERIMENTO N° 2190

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido dos moradores da rua 4 - Jardim Mosacal, que pedem reparos e lâmpadas nas proximidades do n° 5. Segundo os moradores, essa rua encontra-se em péssimas condições e sem lâmpadas.

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2196

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de reite-

o pedido feito através do nosso Requerimento n° 9140/95 do dia 15 de maio de 1995, referente a abertura das ruas Conga e São Joaquim, na Vila Fátima. Segue em anexo cópia do nosso requerimento e do abaixo assinado.

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 2197

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando a destinação de uma viatura policial, para o Município de Vila Alta.

Requer ainda seja comunicado a Senhora Dayse Meire Jardim, Prefeita Municipal (Av. Tupi, s/n); ao Senhor Vereador Geraldo Pedroso, Presidente da Câmara Municipal (Rua J.B. Rodrigues, s/n) CEP: 87516-000; e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - 1° andar - conj. 101, Ed. Centro Comercial Umuarama, CEP: 87501-190).

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Objetivando dar condições para que a Polícia de Vila Alta possa realizar seu trabalho com maior eficiência, no sentido de garantir a ordem pública, fazendo as investigações e diligências necessárias, assegurando a tranqüilidade da população, é de vital importância a destinação de uma viatura policial devidamente equipada.

#### REQUERIMENTO N° 2198

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando a destinação de uma viatura policial, para o Município de Alto Piquiri.

Requer ainda seja comunicado aos Senhores Elias Pereira da Silva, Prefeito Municipal (Rua Santos Dumont, 315); ao Vereador José Wilson da Silva, Presidente da Câmara Municipal (Rua Santos Dumont, 317) CEP: 87580-000; e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - 1° andar - conj. 101, Ed. Centro Comercial Umuarama, CEP: 87501-190).

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Objetivando dar condições para que a Polícia de Alto Piquiri possa realizar seu trabalho com maior eficiência, no sentido de garantir a ordem pública, fazendo as

Curitiba, segunda, em 14.08.95

investigações e diligências necessárias, assegurando a tranqüilidade da população, é de vital importância a destinação de uma viatura policial devidamente equipada.

#### REQUERIMENTO N° 2199

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando a destinação de uma viatura policial, para o Município de Nova Olímpia.

Requer ainda seja comunicado aos Senhores Luiz Sorvos, Prefeito Municipal (Rua L. Pradela, 265); ao Vereador Ari Amaro Vieira de Souza, Presidente da Câmara Municipal (Rua Mato Grosso, 700) CEP: 87490-000; e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - 1° andar - conj. 101, Ed. Centro Comercial Umuarama, CEP: 87501-190).

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Objetivando dar condições para que a Polícia de Nova Olímpia possa realizar seu trabalho com maior eficiência, no sentido de garantir a ordem pública, fazendo as investigações e diligências necessárias, assegurando a tranqüilidade da população, é de vital importância a destinação de uma viatura policial devidamente equipada.

#### REQUERIMENTO N° 2200

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhora Fani Lerner, Mui Digna Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, e ao Senhor Silvio Magalhães de Barros II, Mui Digno Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a inclusão do Município de Altônia, no Programa Piá no Esporte.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Jonas Xavier Pinto, Prefeito Municipal de Altônia (Rua Rui Barbosa, 815); ao Vereador Edgard Virgílio, Presidente da Câmara Municipal (Rua Getúlio Vargas, 82) CEP: 87550-000; ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Av. Munhoz de Mello, 3800 - 1° andar, conj. 101, Umuarama - CEP: 87501-190).

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A iniciativa do Governo do Estado em levar aos municípios o Projeto Piá no Esporte, é a possibilidade de incentivar o menor carente à prática esportiva, de ma-



Curitiba, segunda, em 14.08.95

neira disciplinada e devidamente coordenada.

Assim, é muito importante a inclusão do Município de Altônia, visando beneficiar um número elevado de crianças carentes, que se encontram na faixa etária de 7 a 17 anos.

#### REQUERIMENTO N° 2201

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhora Fani Lerner, Mui Digna Secretária de Estado da Criança e Assuntos da Família, e ao Senhor Silvio Magalhães de Barros II, Mui Digno Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a inclusão do Município de Cruzeiro do Oeste, no Programa Piá no Esporte.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Antônio de Castro, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Oeste (Rua J. E. Resende, 686); ao Vereador José Cirilo, Presidente da Câmara Municipal (Av. Brasil, s/n) CEP: 87400-000; ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (av. Munhoz de Mello, 3800 - 1° andar, conj. 101, Umuarama - CEP: 87501-190).

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A iniciativa do Governo do Estado em levar aos municípios o Projeto Piá no Esporte, é a possibilidade de incentivar o menor carente à prática esportiva, de maneira disciplinada e devidamente coordenada.

Assim, é muito importante a inclusão do Município de Cruzeiro do Oeste no referido projeto, visando beneficiar um número elevado de crianças carentes, que se encontram na faixa etária de 7 a 17 anos.

#### REQUERIMENTO N° 2205

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação asfáltica do trecho que liga o Município de Mangueirinha - Usina de Segredo, no Município de Pinhão.

Trata-se de justa reivindicação do Vereador Osmar Piva, do Município de Pinhão, ao qual somamos nosso apoio.

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 2206

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Silvio Magalhães de Barros II, Secretário de Estado do Esporte e Turismo, solicitando a liberação de recursos financeiros para a construção da cobertura da quadra esportiva polivalente da localidade de Barra dos Andrades do Município de Rebouças, a pedido do Vereador Jaciel Clazer de Andrade, Presidente da Câmara, que conta com nosso total apoio.

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 2207

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. Segismundo Morgenstern, Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando reforma na escola rural municipal de Mato Branco no Município de Imbituva.

A presente solicitação visa oferecer aos alunos e professores um espaço adequado e seguro, pois as atuais dependências da escola não oferecem condições de uso.

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 2217

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a ouvida do Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, D.D. Secretário de Estado da Segurança Pública solicitando seja suspensa a contratação de segurança privada pelo Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, sendo mantida a atual sistemática de segurança bancária a cargo da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Tal solicitação se fundamenta na eficiência do serviço de segurança bancária atualmente a cargo da PM/PR. Desde o início de operação desta segurança, os assaltos às agências do BANESTADO decresceram enormemente, sendo quase insignificantes se comparados aos assaltos realizados no mesmo período em agências bancárias de outras instituições. Os mais de 13.000 funcionários do BANESTADO atualmente se encontram gozando da mais absoluta segurança, pela eficiência e firmeza do serviço prestado pela PM/PR, isto sem falar nos mais de dois milhões de clientes do Banco Público de nosso Estado. Ou seja, tal modificação operacional não pode fundamentar-se no questionamento da competência ou funcionalidade do serviço atualmente prestado.

Outrossim, numa época de arrocho de

crédito e falência de instituições financeiras, não é possível entender os motivos da substituição de um eficiente serviço por outro muito mais caro e de eficiência a comprovar. O custo estimado total deste novo serviço de segurança bancária é de aproximadamente R\$ 4 milhões. Os lucros do BANESTADO somam R\$ 14 milhões. Como entender-se a aplicação de 25% do lucro desta instituição pública em segurança privada, sem nenhum ganho efetivo (pelo contrário).

Pelo exposto, tem o presente o objetivo de solicitar a esta Secretaria que reveja a retirada da PM/PR como entidade responsável pela sistemática de segurança bancária do BANESTADO S/A, tendo em vista ser este o posicionamento que melhor atende o interesse público, compromisso inadiável do qual o Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO - não pode se afastar.

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) ANGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO N° 2219

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a ouvida do Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Luiz Antonio Fayet, D.D. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, solicitando seja suspensa a contratação de segurança privada pela instituição citada, sendo mantida a atual sistemática de segurança bancária a cargo da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Tal solicitação se fundamenta na eficiência do serviço de segurança bancária atualmente a cargo da PM/PR. Desde o início de operação desta segurança, os assaltos às agências do BANESTADO decresceram enormemente, sendo quase insignificantes se comparados aos assaltos realizados no mesmo período em agências bancárias de outras instituições. Os mais de 13.000 funcionários do BANESTADO atualmente se encontram gozando da mais absoluta segurança, pela eficiência e firmeza do serviço prestado pela PM/PR, isto sem falar nos mais de dois milhões de clientes do Banco Público de nosso Estado. Ou seja, tal modificação operacional não pode fundamentar-se no questionamento da competência ou funcionalidade do serviço atualmente prestado.

Outrossim, numa época de arrocho de crédito e falência de instituições financeiras, não é possível entender os motivos da substituição de um eficiente serviço por outro muito mais caro e de eficiência a comprovar. O custo estimado total deste novo serviço de segurança bancária é de aproximadamente R\$ 4 milhões. Os lucros do BANESTADO somam R\$ 14 milhões. Como entender-se a aplicação de 25% do lucro desta

Curitiba, segunda, em 14.08.95

instituição pública em segurança privada, sem nenhum ganho efetivo (pelo contrário).

Pelo exposto, tem o presente o objetivo de solicitar à administração do BANESTADO S/A que reveja a contratação da segurança privada, continuando a manter a atual sistemática de segurança bancária, tendo em vista ser este o posicionamento que melhor atende o interesse público, compromisso inadiável do qual o Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO - não pode se afastar.

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) ANGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO N° 2225

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto e soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Dr. Jaime Lerner, ao Excelentíssimo Senhor Secretário Especial da Política Habitacional Dr. Rafael Dely e ao Excelentíssimo Senhor Presidente do BANESTADO, Dr. Luiz Antonio Fayet, no sentido de que estes determinem a realização de estudos visando a abertura de uma linha de crédito especial do BANESTADO aos municípios paranaenses, objetivando a aquisição de áreas rurais, para a implantação do Programa Vila Rural do Governo do Estado, tendo em vista a absoluta descapitalização dos mesmos.

Requer outrossim, o envio de correspondência, com inteiro teor do presente, à Associação dos Municípios do Paraná, na pessoa de seu Presidente Prefeito Luís Amaral.

Sala das Sessões, em 14.08.95.

(a) CLEITON KIELSE

#### REQUERIMENTO N° 2211

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, pedido de informações à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, fazendo os seguintes questionamentos.

Quais as Comarcas do Estado do Paraná que estão sem Delegado de Polícia de Carreira (Bacharéis)?

Sala das Sessões, em 14.08.95

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

#### REQUERIMENTO N° 2218

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a ouvida do Plenário, seja enviado requerimento ao Exmo. Sr. Miguel Salomão, DD. Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Paraná, solicitando seja informada a esta Casa de Leis o aumento



Curitiba, segunda, em 14.08.95

da despesa que a contratação de segurança privada para o Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, provocará, bem como seja relatado o impacto deste aumento de custos na saúde financeira da instituição citada.

Na oportunidade esclarecemos que o presente requerimento se faz necessário, fundamentado no atendimento ao princípio da transparência administrativa (art. 37, caput, da Constituição Federal), tendo em vista a dispensa da segurança atualmente sob a responsabilidade da Polícia Militar do Estado do Paraná, cujo custo operacional para o BANESTADO é quase inexistente. Não se entende a razão desta modificação na segurança bancária, eis que, desde que a segurança efetivada pela Polícia Militar passou a operar, diminuíram em grande escala os assaltos, o que demonstra a eficiência desta modalidade de segurança. Outrossim, numa época de arrocho de crédito e falência de instituições financeiras, não é possível entender os motivos da substituição de um eficiente serviço por outro muito mais caro e de eficiência a comprovar.

Sala das Sessões, em 14.08.95

(a) ÂNGELO VANHONI

### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 305/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica proibida a venda de cigarros a menores de 18 (dezoito) anos nos estabelecimentos comerciais do Estado do Paraná.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.08.95

(a) LUIZ ACCORSI

### JUSTIFICATIVA:

A juventude paranaense é bombardeada diariamente com propaganda a induzi-la a prática nefasta do vício do fumo.

É necessário que o Poder Constituído tente protegê-la de um mal, que apesar de comprovado pela Medicina, ainda angaria novos viciados todos os dias.

A existência de uma portaria da Secretaria de Estado da Saúde não é levada a sério por comerciantes inescrupulosos, o que nos motiva a apresentar o presente projeto de lei, para que os culpados pela venda de uma droga tão maléfica quanto o álcool ou a cocaína, sejam rigorosamente punidos.

PROJETO DE LEI N° 306/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação Voluntária de Assistência ao Idoso - AVAI, de Santa Cecília do Pavão.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.08.95

(a) ANTÔNIO BELINATI

### JUSTIFICATIVA:

A Associação Voluntária de Assistência ao Idoso - AVAI, de Santa Cecília do Pavão, que ora procura-se declarar de Utilidade Pública vem demonstrando sua utilidade e bom desempenho de suas funções em benefício dos idosos carentes daquela região.

Já que preenche todos os requisitos da Lei n° 6994/78 e realiza tão nobre tarefa com êxito, nada mais justo que seu reconhecimento como de Utilidade Pública, motivo pelo qual, espero, poder contar com o apoio dos nobres Srs. Deputados, visando a aprovação, por esta Casa de Leis, da Proposição ora apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os Deputados que acompanharam nossa legislatura anterior devem lembrar perfeitamente que em vários momentos eu ocupava a tribuna, desta Casa, para questionar a aplicação de verbas do Governo Federal que vinha para o nosso Estado, mais precisamente para a Secretaria de Estado e da Saúde. Mais de uma vez estive aqui para dizer que na gestão do ex-Secretário Delcino Tavares e Manoel de Almeida Neto, tinha sido investido - irregularmente dinheiro e que essas contas estavam tendo dificuldades de serem explicadas e prestadas junto ao Tribunal de Contas da União.

Várias vezes fui desmentido, principalmente pelo ex-Secretário Delcino Tavares. E como não sou de desistir com muita facilidade nas questões que eu levanto, vou a fundo para saber quem tem razão, fiz um Pedido de Informações ao atual Secretário que se encontra neste volume as respostas - onde eu perguntava qual era - e se era verdade - qual o montante que o Governo do Estado estava devolvendo para a União por aplicação irregular de verbas na gestão do ex-governador Álvaro Dias.

As respostas se encontram neste relatório e demonstra que o Governo do Paraná,

tem que devolver num acordo assinado entre o ex-Secretário - Nizan Pereira Almeida e ao Ministério da Saúde, tem que devolver o montante de 5 milhões 913 mil 715 UFIRS em 60 meses. Sendo que cada uma dessas cotas é de 98 mil 562 e 53 UFIRS. Não é devolução pura: no primeiro mês é esse montante de UFIRS com 1%, no segundo mês 2%, no 4º mês 40% e no último mês é esse montante mais 60% em cima de UFIRS.

É isso que o Governo do Estado do Paraná devolve hoje ao Ministério da Saúde, ao Sistema Único de Saúde por aplicação indevida de verbas. Por comprar carro sem licitação. Por investir dinheiro onde não deveria investir. E naquela ocasião esta Casa fez uma CPI, quando o ex-Presidente da Associação Médica do Paraná, Dr. Aíex, denunciava essas irregularidades.

Passados mais de 4 anos, assim como se deu com aquela CPI que presidi, e que vim aqui e disse meses atrás qual foi o montante que nós impedimos de ser desviado das verbas públicas por superfaturamento. Temos agora essa documentação e a nossa assessoria jurídica estudará a possibilidade de uma ação popular para que essa verba seja restituída ao Governo do Estado por aquele cidadão que investiu incorretamente o dinheiro. Não bastasse isso, na gestão passada eu também afirmava que o Governo do Estado devolvia dinheiro por falta de capacidade de aplicação, capacidade técnica e de planejamento. E na resposta enviada para nós num Pedido de Informação tem demonstrado que o Governo do Estado do Paraná devolveu dinheiro à União por falta de capacidade de investimento.

Este ano, no início do atual mandato do atual Secretário foram devolvidos 356 mil reais trezentos e noventa e cinco vírgula doze centavos, relativos a convênios não cumpridos pela Secretaria de Estado da Saúde. O Paraná não tem dinheiro para investir na saúde. Quando tem, investe mal e quando recebe não sabe planejar para fazer o investimento e tem que devolver.

E hoje quem mais sofre com esta situação é a população paranaense que é mal atendida no sistema de saúde quando não obtém a prevenção e a promoção da sua saúde. É mal atendida quando bate de porta em porta nos hospitais deste Estado, porque o Governo do nosso Estado não soube investir até a presente data e quando tinha investia mal tendo que devolver devido a essas irregularidades.

Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Péricles Oliver de Mello.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora e Se-

nhores, entrevista publicada no dia 30 de julho deste ano no jornal Diário da Manhã de Ponta Grossa, o Reitor de nossa Universidade, Professor Roberto Frederico Merin, traz graves notícias sobre a situação em que se encontra aquela instituição de ensino superior e provoca uma série de preocupações de toda a comunidade de Ponta Grossa e da região dos Campos Gerais.

Neste momento nós queremos nos solidarizar ao Reitor, Roberto Frederico Merin, aos professores, funcionários e estudantes da Universidade Estadual de Ponta Grossa e apresentar o nosso apelo e mesmo o nosso protesto junto ao Governo do Estado do Paraná e a Secretaria de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.

Pelos dados apresentados pelo Reitor Roberto Frederico Merin, a Universidade de Ponta Grossa que tem uma despesa de custeio da ordem de 350 mil reais por mês, está recebendo do Governo do Estado, em média, oitenta mil reais por mês, sendo que este mesmo Governo deveria repassar no mínimo de 125 a 130 mil reais.

Apesar da Universidade conseguir uma Receita própria de 100 mil reais mês, ela corre o risco de fechar as portas ou então de acabar com determinados cursos e passa por uma situação de extrema gravidade. E nos dá a impressão nítida de que na verdade o objetivo do Governo do Estado do Paraná é privatizar as Universidades do nosso Estado. Não há outro motivo para que o Governo deixe de repassar pelo menos aqueles recursos aprovados por esta Assembléia Legislativa no Orçamento do Estado. Isto não se pode aceitar.

Acho que devemos manifestar a nossa veemente posição de que o Governo deve continuar sustentando as instituições de ensino superior, pelo menos naquilo que seus recursos orçamentários previstos em lei, e não fazer o que está fazendo.

Mas o Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa também diz na entrevista que se sente um pouco isolado da comunidade e cita como exemplo o fato de liderança da nossa região, estar em audiência com o Governador, junto com o Prefeito de Ponta Grossa, Presidente da Associação Comercial e o Reitor não ter sido convidado.

Acho que devemos fazer uma auto-crítica e temos que tomar uma posição imediata em defesa da Universidade, pela importância que ela tem, não só para Ponta Grossa, mas em toda a região dos Campos Gerais, oferecendo vários cursos, tem mais de seis mil alunos.

Devemos nos solidarizar ao Reitor e queremos tomar uma iniciativa de conversar com o Reitor, propor uma reunião com os demais Deputados de Ponta Grossa, o Prefeito da nossa cidade, o Presidente da As-

Curitiba, segunda, em 14.08.95

sociação Comercial, das Associações de Moradores, de Sindicatos de Trabalhadores, Lideranças empresariais para que nós possamos nos unir para reivindicar ao Governo que não deixe a Universidade entrar na crise que está entrando.

Cursos de odontologia, farmácia e bioquímica, outros cursos de extrema importância que precisam de material de laboratório estão a beira de fechar e nós não podemos aceitar, repito, que isso continue desta forma.

Nessa mesma linha nós achamos que algumas sugestões como a autonomia das universidades que deve ser discutida e aprovada, e que o Governo também não tem tomado iniciativa nenhuma, deve ser aprofundada. Por isso, o fórum paranaense de ensino superior que estaremos realizando pela Comissão de Educação na Assembléia, Comissão de Justiça, com a associação dos dirigentes das instituições de ensino superior, em Ponta Grossa, no dia 12, 13 e 14, poderá propor uma alternativa, realizar uma radiografia dos problemas do ensino superior, e propor alternativa concreta para ser levado ao Governo do Estado para resolver de uma vez por todas os graves problemas porque passa a universidade.

Agora, uma das maiores preocupações e que vem causando estranheza nos meios de comunicação social junto aos estudantes é que esse gargalo que o Governo está fazendo com as instituições pode ser uma forma de se começar cobrar dos estudantes. Nós sabemos que até o Governo Álvaro Dias, os estudantes pagavam uma taxa simbólica à Universidade e o Governador Álvaro Dias acabou, estabelecendo o ensino gratuito na sua totalidade. Para nós ensino pago é coisa do passado e não podemos aceitar de forma alguma que alternativa apresentada pelo Governo para resolver a grave crise porque passam as instituições seja a volta do ensino pago. Nesse sentido mais de mil estudantes se mobilizaram na sexta-feira, em Ponta Grossa, fizeram passeata pelas principais ruas da cidade para protestar contra a aprovação da Lei Diretrizes Básicas no Congresso Nacional, mas também contra qualquer tentativa de se iniciar o ensino pago novamente, ou nas universidades, ou na educação de uma maneira geral.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, queremos deixar aqui a nossa solidariedade ao Reitor, aos professores, funcionários, e convidar as demais lideranças de Ponta Grossa, os demais Deputados para que façamos o mais urgente possível uma reunião para resolver os graves problemas porque passa a nossa universidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Sr. Deputado Eduardo Trevisan.

san.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Senhor Presidente, amigos, Deputados.

Subo a essa Tribuna para comentar, para fazer alguns comentários a respeito de um Projeto que pretendo apresentar nesta Casa Legislativa na próxima semana, projeto este que estou em fase de estudo, mas um projeto que já foi implantado em algumas cidades e estados deste País, com enorme sucesso que é o projeto de renda mínima, inicialmente, proposto neste país pelo Senador Eduardo Suplicy, do PT.

O Senador trouxe esta idéia de alguns outros países do mundo que já haviam implantado a proposta com muito sucesso e esta proposta foi incampada e implantada em algumas cidades do nosso País como por exemplo a cidade de Campinas.

O que temos visto no País, em termos de projetos sociais segue aquela linha tradicional do assistencialismo barato, rápido, fútil e passageiro, nós não temos visto nada de novo que signifique de fato a transformação da vida das pessoas em termos de condição de vida, de cidadania. O que tem se visto no mais das vezes, são propostas eleitoreiras e passageiras de distribuição de cestas básicas, atendimentos a certas questões emergenciais e que de nada muda de maneira permanente a vida das pessoas. E essa proposta de renda mínima ela vem exatamente num caminho inverso, é a mais importante proposta em termos de transformação social e de ação social modificadora da vida das pessoas que surgiu neste País nos últimos anos.

Temos aí uma proposta social do governo federal chamado comunidade solidária. Este programa até o presente momento se resumiu exclusivamente na distribuição de cestas básicas de caráter emergencial sem um trabalho pedagógico, uma proposta de mobilização que representasse essas pessoas saírem da condição de miséria, de desespero em que se encontram e ingressarem no novo estado de cidadania, de participação, de respeito, de sentimento, de responsabilidade.

A proposta de renda mínima, ela realmente traz no seu bojo todas essas questões. A gente anda pelas cidades, anda aqui por Curitiba e vê pelas ruas um contingente de marginalizados, crianças nas esquinas, mães e pais explorando as crianças, um conjunto de miséria que nos agride.

O Papa João Paulo II, quando visitou o nosso País, há muitos anos atrás, isso está registrado no livro *Eclesiogênese* e a Igreja se Fez Povo, do Frei Leonardo Boff.

O Papa dizia o seguinte, o que agride não é a riqueza, é a extrema miséria que

esse país passa perante essa riqueza. Então ninguém é contra que exista Bonanza, exista riqueza, mas a pobreza que existe, dado a sua intensidade, a sua dramaticidade, a sua crueza, se torna realmente uma agressão aos nossos olhos.

Como poderíamos mudar essa realidade, a partir da nossa situação de país pobre, emergente, que busca um caminho de desenvolvimento, quais seriam as políticas viáveis, distribuir cestas básicas, alimentos, receita médica, isso de fato pode resolver emergencialmente, mas são políticas que perpetuam o "status quo", elas só reproduzem a miséria, a pobreza e jogam para o dia seguinte, ou para a semana seguinte a solução final dos problemas.

Mas os programas o programa de renda mínima é diferente, o Estado cadastra um conjunto grande de famílias pobres, que estão em estado de necessidade, cujas crianças estão aí perambulando pelas ruas, sendo muitas vezes exploradas pelos próprios pais e o Estado ao cadastrá-las estabelece uma renda a ser a elas destinadas, isso a princípio pode ter um caráter extremamente assistencialista, vai distribuir dinheiro, mas aí é que entra o grande lance do projeto de renda mínima.

Uso o horário da liderança do PTB.

Ao Estado estabelecer essa renda, ele vai ao mesmo tempo impor um conjunto básico de condições para que essa família faça juízo a essa renda.

A primeira condição essencial, é de que as crianças saiam das ruas e e dirijam as escolas para estudar.

A segunda condição, os pais e as mães, que evidentemente devem estar desempregados ou em sub-empregos, eles passam a prestar serviços sociais nas entidades mantidas tanto pelo Poder Público, como a iniciativa privada. E além dessas, mais um conjunto de exigências que vai mudar de maneira radical a vida dessas pessoas. Essas crianças deixam de estar nas ruas, sem se preparar para o futuro e vão para uma escola, estudar, adquirir uma nova dimensão humana, vão preparar para o futuro, vão estar onde elas devem estar. Em segundo lugar, acaba com o desespero dos pais, porque a criança e os pais não estão na rua a toa, eles não encontram meios para sobreviver e que de alguma forma eles tem que sobreviver. Havendo a onda, acaba essa necessidade, surge a possibilidade de se construírem muito mais do que como cidadãos, se contruírem como seres humanos, e além dessas duas básicas que citei, mais um conjunto de exigências que o Estado faz. Essa proposta é extremamente humana, é extremamente mobilizadora, você faz com que esse contingente de marginalizados, excluídos, atinjam uma dimensão nova, uma nova realidade e possam a partir daí

construir a sua vida ainda que humilde, com dignidade, com decência, com alegria e toda a sociedade vai ganhar com isso.

Acho que devemos lutar para vivermos numa sociedade cada vez melhor e para isso nós temos que também sonhar que os nossos irmãos mais pobres eles também possam ter pelo menos uma vida tranquila, uma vida feliz. Porque ninguém é vagabundo, ninguém é sem vergonha, eu acho que todo ser humano ele quer encontrar um caminho e que ele possa trazer a felicidade para ele próprio, esposa e para os seus filhos. Esse projeto vai trazer resultados, porque você não pode impor ao Poder Executivo, que ele implante um Projeto dessa natureza, você não pode realmente ter aqui a iniciativa na Casa Legislativa. Pretendo levantar a discussão a respeito desse Projeto tão importante, gostaria que ele tramitasse na Casa, que ele fosse apoiado na Casa, recebesse emendas, recebesse sugestões, que nós encampássemos juntos e depois fôssemos ao Poder Executivo para sensibilizá-lo, porque é o momento de nós nos preocuparmos com a estabilização da economia. É o momento de nós nos preocuparmos com a baixa da inflação, com a queda dos preços, enfim com a estabilidade geral do nosso País.

Mas não podemos esquecer nunca, que existe uma questão crucial nesse País, que são grandes as diferenças sociais, que são as gritantes e agressivas diferenças sociais que precisam ser atacadas por todos os poderes, desde o Municipal, Estadual e Federal. Essa proposta não é original, nós não estamos inventando nada aqui, é uma proposta interessante, nova, revolucionária que já deu certo em muitos lugares, haja vista no entanto na Prefeitura de Campinas que pode ser consultado. E desta forma, eu vou conceder o aparte antes ao Deputado Rosinha.

O DR. ROSINHA - Deputado Trevisan, a questão de renda mínima é bastante importante. A população brasileira não quer viver de esmolas, ela quer exercer o direito de cidadania.

O Direito de cidadania ele tem que ter uma renda mínima para que ele possa exercer. E esse tipo de Projeto atende essas necessidades de cidadania, você deixa de ser objeto de esmolas, objeto de assistência social e passa a ser gente, a viver desde que a renda seja mínima, você passa a exercer o seu direito a cidadania na qual o Estado pode entregar.

E é bem ao contrário do que se imagina, você não estará ajudando vagabundo nenhum, porque é a questão de você adquirir esse direito. Países avançados do primeiro mundo já tem, o Distrito Federal já com o Cristovão Buarque que tem sete meses de

Curitiba, segunda, em 14.08.95

Governo, já aplicou no Distrito Federal, está atendendo 1.170 famílias mais ou menos, tendo a obrigatoriedade de manter a criança na escola pública, e isso lógico tem que ter critérios para se definir para não se criar parasitismo e importante que esse tipo de projeto seja atrelado também e essas verbas decididas pelo Conselho de Assistência Social.

É importante que essa Casa comece a discutir a Lei Orgânica de Assistência Social para o nosso Estado e que tenha um Conselho específico aonde possa designar para quem vai a renda, em cima de quais critérios.

É lógico que um projeto como esse, nós desejaremos que tramite rapidamente e contribuiremos para que isso ocorra e que ele seja o melhor possível.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Obrigado Doutor Rosinha e que esse projeto seja de todos nós aqui, juntos, unidos para fazer com que ele ganhe o destaque necessário e possamos juntos, sensibilizar o Poder Executivo a encampar proposta tão importante para a nossa sociedade.

Com prazer, concedo aparte ao Deputado Emerson Nerone.

O SR. Emerson Nerone - Deputado Eduardo Trevisan, primeiro o projeto que se inicia nas mãos do Deputado Eduardo Suplicy, tem que ser apreciado em todas as Assembleias e parabenizo pela iniciativa.

Gostaria de citar uma coisa que choca. Depois vou fazer a ligação com o seu projeto. Em Itabuna, na Bahia, o PT recebeu a Prefeitura com crédito para que fizéssemos o saneamento básico em dois bairros de Itabuna. O Prefeito anterior teria concedido a verba, o Prefeito atual refez o projeto e quando recebeu a verba, em vez de colocar o saneamento básico em dois bairros, ele fez a infraestrutura e saneamento básico para cinco bairros.

Hoje o governo da União está processando o prefeito de Itabuna pelo excesso de competência e está pedindo o dinheiro desses três bairros que não estavam no projeto original, de volta.

Quer dizer, o mesmo dinheiro foi para Itabuna, só que fez mais bairros do que deveria ter sido feito, o governo da União processa o PT e pela primeira vez na história, uma prefeitura entrou com recurso no Supremo Tribunal e aí sim, com uma ação contra o governo, para ele dar explicações do porquê do processo.

O Deputado Rosinha já mencionou, o processo iniciado pelo Cristóvão Buarque em Brasília, onde o programa de renda mínima está sendo adotado e quero lembrar que Brasília tem PIB, quer dizer, o produto interno é muito menor do que o Paraná,

"n" vezes menor.

Já fiz um comparativo. É algo em torno de dez vezes menos e lá foi possível tirar as crianças da rua. Quero entender que esse projeto, apesar de autorizatório, aponta caminhos como Vossa Excelência disse, num Estado acostumado com políticas de assistência social, pessoal.

Muitas vezes nós políticos não temos essa visão ou não temos inteligência suficiente para perceber que uma ação de cidadania, aponta muito mais em torno para consertar situações e não manter currais eleitorais como normalmente se acostuma.

Nesse ponto Vossa Excelência vai ter o apoio de toda essa Assembléia Legislativa e apesar do caráter autorizatório desse projeto, tenho certeza que o Governador Jaime Lerner vai ser pressionado a adotar aqui no Paraná, porque vila rural e projetos semelhantes a esses que atingem meia dúzia de pessoas, como a gente está vendo no Estado do Paraná, vão ser bons para propaganda, mas para reverter a ação de absoluta exclusão de uma boa parcela da população do Paraná, isso eles não atingem mesmo.

O projeto que hoje Vossa Excelência apresenta, ao governo do Paraná, tem esse caráter de apontar caminhos claros e a Bancada do PT, na medida do possível, vai tentar estar junto nesse projeto.

Vamos estudar, apresentar emendas, melhorar, apresentar sugestões. Desde já parabenizamos por uma iniciativa de alguém, obviamente que é da coligação do governador Jaime Lerner e mais um motivo para ele começar a resolver a ter ações de cidadania e parar com esses projetos que fazem um bom marketing, mas que não dão resultados práticos.

Obrigado.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Muito obrigado Deputado Nerone.

Sentirei prazer enorme em tê-lo comigo nesse projeto e como Vossa Excelência falou e reprisou, ainda que tenha um caráter autorizatório, ele tem uma dimensão sensibilizante.

Tenho certeza que na medida em que o Executivo se mostra sensível aos problemas sociais, ele vai conseguir compreender a importância e o alcance desse projeto.

Para encerrar, fica aqui a seguinte palavra de ordem: chega da política assistencialista da comunidade solidária, que se resume exclusivamente na distribuição de cestas básicas, que simplesmente jogam o problema para o dia seguinte, perpetuam a pobreza e a miséria e viva as novas políticas transformadoras, revolucionárias de ação social e mobilização, que trazem realmente, uma nova perspectiva às famílias pobres e uma possibilidade de uma vi-



da mais digna.

O Sr. Renato Adur - Me concede um aparte?  
**Assentimento.**

Caro Deputado, queremos parabenizá-lo pela preocupação. Entretanto, gostaria de informar ao Deputado que a comunidade solidária não é somente distribuição de alimentos.

Não sei se a assessoria do Deputado não está bem informada, mas há poucos dias esteve uma equipe do Secretário da Educação, no Estado do Paraná, houve uma reunião aqui no Edifício Castelo Branco e esta mesma equipe de Brasília fez uma peregrinação nos municípios que fazem parte da Comunidade Solidária do Paraná - são 13 municípios e foram in loco verificar a questão educacional desses municípios.

Visitaram pessoalmente as escolas, viram as condições físicas e educacionais dos estabelecimentos de ensino e a Comunidade Solidária também estará liberando, nos próximos dias, um micro ônibus, Kombi, e outros veículos para auxílio no sistema de transporte de alunos nesses municípios.

Além disso, também, a Comunidade está elaborando projetos educacionais para todos esses municípios visando a melhoria da condição e da qualidade de ensino nos municípios que pertencem hoje, à Comunidade Solidária.

Portanto, quanto à questão de distribuição de alimentos, não teço crítica nenhuma, eu respeito o posicionamento de Vossa Excelência. Entretanto, acho que esta questão educacional merece todo nosso apoio e todo nosso elogio pela iniciativa do Governo Federal.

E se Vossa Excelência tiver interesse posso encaminhar até fotocópias de documentos a esse respeito.

Obrigado.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Obrigado Deputado Adur e tenho interesse e aguardo que o Deputado me envie.

A "Folha de São Paulo", fez na edição do último domingo, um texto relato do programa Comunidade Solidária e constatou que, realmente, até o presente momento, o Programa se resumiu na distribuição muitas vezes eleitoreira de cestas básicas.

La para prefeitos do interior de Estados do Nordeste, e, eleitoralmente, eles manipulavam e acabavam desvirtuando o objetivo inicial da proposta.

Se existem propostas outras na área da educação, da saúde vamos aguardar para vê-las. Evidentemente que não quero condenar o programa, de todo.

Quero esperar e torcer para que ele seja um bom programa.

Afinal de contas foi anunciado com

Curitiba, segunda, em 14.08.95

pompas e fogos de artifício. Vamos esperar que seja, realmente, um grande programa. Mas até o presente momento só assistencialismo social daquele - passageiro e leve.

O Sr. Emerson Nerone - Concede um aparte?  
**Assentimento.**

Acho que Vossa Excelência completou muito bem. Pediria até a remessa desse Programa para o Ministro da Educação, que obviamente é ele que deve ter um plano para a educação do país. E se não o tem - por incompetência - aí outros ministérios têm de assumir.

Mas eu ia completar exatamente com isso que, na prática, até hoje, uma ação social eficaz de restauração de cidadania não foi tomada.

E um governo que toma posse e em 7 meses depois ainda está preparando projetos, se mostra um governo de sociólogos ufanistas e não de pessoas que, na prática, vieram restaurar a cidadania da população do Brasil.

Mesmo porque, neste Governo, os inteligentes são aqueles que fizeram - segundo o nosso Presidente - fizeram o caos - que fizeram a ditadura, que enterraram este país em dívidas e desse governo provavelmente não se espere ações práticas de restauração de cidadania a não ser falasões e elaborações técnicas e não práticas.

Obrigado.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Tenho certeza que saberemos, num período bem curto, fazer com que o nosso Estado do Paraná dê um exemplo para o País de trabalho, realmente de ação social, com "A" Maiúsculo, e realmente transformador e eu espero poder com toda a minha alegria, participar desse processo.

Muito obrigado a todos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o ilustre Deputado Mil-tinho Puppio.

**Declina.**

Passamos ao Horário das Lideranças.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Com satisfação queria anunciar a presença nesta Casa, do Deputado Federal Luiz Carlos Haully, brilhante Deputado que desempenha um papel que orgulha a todos os paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Nós nos associamos a presença do ilustre Deputado Luiz Carlos Haully, que tem defendido as teses paranistas e contribuído

**Curitiba, segunda, em 14.08.95**

para que a Nação brasileira realmente encontre o caminho pelo qual todos nós nos associamos que é realmente do soerguimento desta Nação.

Seja bem-vindo ilustre Deputado.

Como também anunciamos em nome do ilustre Deputado Marquinhos Alves a presença do Prefeito de Paissandu, José Antonio Piovan; do seu Vice, Jonas e do Presidente da Câmara, Eduardo Silva que os acompanha e que também nos associamos nesta sua estada na Casa.

Também anunciamos a presença do Diretor da CODAPAR, Braguini, que aqui nos visita mais uma vez.

E passando ao Horário das Lideranças, PPR, **Declina.**

PSC, com a palavra. Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que nos traz à Tribuna nesta tarde hoje, é até a título de esclarecimento e o nosso partido PSC após o episódio que aconteceu quinta-feira, reunindo o Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, nós queremos até esclarecer aqui para que não haja dúvida ou má fé de um lado quanto ao que aconteceu na última quinta-feira, por ocasião, quando nós estivemos com o Governador Jaime Lerner, em companhia do Deputado Luiz Carlos Zuk, Deputado Plauto Miró Guimarães Filho e o presidente da Empresa IMPAR lá de Ponta Grossa, uma empresa que necessita do apoio do Governo para que a mesma seja reabilitada a nível de Paraná e possa rapidamente voltar a funcionar e dar emprego para o povo do Paraná e principalmente para o povo de Ponta Grossa, já que esta empresa além de dar emprego ela vai oferecer também ICMS para o Estado e vai ajudar ao Estado do Paraná.

A bem da verdade é que comentários surgem a respeito desta nossa estada e da nossa postura diante daquilo que nós chamamos de demora do Governo do Estado em resolver a situação.

Eu dizia ao Governador do Estado e digo aqui diante de todos os nobres companheiros, diante dos presentes aqui, de que nós demos um prazo o Governador Jaime Lerner, nós do PSC, eu particularmente, disse ao Governador do Estado que nós daríamos um prazo para que se resolvesse o problema envolvendo esta empresa. Se o Governo vai ajudar ou se o Governo não vai ajudar. Nós não queremos que o Governo faça coisas que sejam coisas difíceis, não queremos que o Governo faça algo que vai contra a filosofia do Governo. Mas nós queremos é que o Governo faça aquilo que tem que ser feito para valorizar mais uma empresa que está chegando, para incentivar essa empresa que está chegando.

Então, nós dissemos isto ao Governador e eu disse ao Governador de que neste período nós vamos ficar aguardando a postura do Estado, vamos continuar aguardando o que o Governo pretende fazer neste caso e baseado na ação que o Governo vá tomar neste espaço de tempo, nós queremos então tomar uma posição e quem sabe a posição não seja uma posição radical, mas seja uma posição de alguém que daí não mais acredite no Governo, deixa de acreditar porque não teve aquela oportunidade que nós precisaríamos.

Então, era isto que nós queremos esclarecer aqui de que em momento nenhum se desrespeitou o Governador do Estado.

O que se diz ao Governador do Estado como se diz a qualquer cidadão é de que acima de tudo ou se resolve a situação, ou não se resolve. Quem sabe seja porque o Governo do Estado esteja sem o Secretário da Indústria e Comércio que está sem o Secretário, há um acúmulo de função, e quem sabe seja essa a dificuldade em se resolver esse processo referente a essa empresa.

O Sr. Emerson Nerone - Vossa Excelência me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Jocelito, gostaria apenas de entender, e que Vossa Excelência explicasse novamente, já que está gerando toda essa polêmica essa questão de empresa, na prática, como o Governo poderia ajudar essa empresa e o que diferencia ela das outras empresas com problemas no Paraná.

O SR. JOCELITO CANTO - O que nós queremos Deputado é que o Governo do Estado apoie essa empresa que de cara, uma empresa que está parada há cinco anos, vai dar emprego para 700 pessoas, e com um ano e meio de funcionamento terá 2.500 funcionários, e diretamente pode chegar a 10.000 empregos indiretos na região de Ponta Grossa.

O que nós queremos é que o Governo analise a possibilidade de através do Banco do Estado ajudar esta empresa, não dando a ela recursos do Banco do Estado, porque o recurso está vindo de um Banco americano que foi conseguido, esse dinheiro está vindo para cá, depende apenas de um aval do Banco do Estado para que essa empresa possa se levantar. Agora, o que nós queremos Deputado é que o Banco do Estado, através do Governo, analise a situação dessa empresa e diga se ela é merecedora do crédito ou não. O que nós não queremos é que fique se empurrando com a barriga e que nós fiquemos naquela expectativa de que vai dar ou não vai dar. Então, o que a gente quer é isso, um posicionamento. E terminando esse posicionamento nós quere-

mos refletir com a nossa comunidade, com os nossos eleitores, com o povo do Paraná e dos Campos Gerais, a atitude tomada pelo Governo do Estado. É isso que nós pensamos e acreditamos, eu não estou aqui dizendo que o Governo não presta, eu não estou dizendo isso, eu acredito no Governo do Estado, apesar da lentidão em alguns setores, mas ainda sou crente que esse Governo vai dar certo; mas é preciso em alguns momentos fazer com que ande a máquina, que a máquina está meio parada em alguns setores. E o que nós queremos é que ela ande e rapidamente, para que se possa resolver essas pendências, ou dá ou não dá, é como a história do papagaio que todo mundo conhece aqui: ou funciona, ou não funciona.

Então, para finalizar eu gostaria de mais uma vez dizer que estamos confiantes no Governo do Estado, acreditamos no Governo, demos esse prazo para que se tenha uma resposta no programa, e neste período eu permaneço aqui ouvindo atentamente, manifestando aquela minha intenção de apoiar o Governo, mas desde que o Governo pelo menos venha para nós e nos diga o que de fato vai acontecer; baseado nisso aí sim a gente vai tomar atitude e se preciso, se não houver valor do lado de cá nós temos que ir para o lado de lá, se a pessoa que você trabalhou, se a pessoa que você foi para o bairro e pediu ajuda, prometeu trabalho, prometeu que se faria tudo não lhe der apoio hoje, você não pode permanecer apoiando uma pessoa que não lhe apoie. Uma pessoa que quando você precisa ela lhe enrola, então eu não quero fazer parte desse grupo, a não ser que haja mudanças. Esse é um pensamento meu, um pensamento simples e quero neste espaço de tempo ficar ouvindo e esperando uma ação, eu aguardo os dias necessários para que se tenha uma resposta. Com essa resposta nós permanecemos apoiando o governo, mas desde que primeiro se respeite um pedido que está sendo feito por nós Deputados que nos é cobrado todos os dias quando estamos em Ponta Grossa.

Todo dia tem uma cobrança e nós queremos ter uma resposta para esta cobrança. Nós queremos dizer a população por que é que não sai, por que é que não vai sair, nós queremos ter na ponta da língua uma palavra para dizer para a população e isto não está acontecendo.

Então aguardo um posicionamento do Governo do Estado, que o governo faça como fez quando aqui eu cheguei pela primeira vez, que me pediu apoio, claro que eu lhe daria, mas inúmeras vezes nos ligou pedindo apoio nesse ou naquele sentido e nós sempre demos.

Agora nós queremos também ser lembrados, não só lembrados no período da eleição, não só lembrados na véspera de uma

votação importante nesta Casa, nós queremos uma resposta positiva ou negativa daquilo que possa ser feito.

É isso que eu espero aqui e neste período, nós aguardamos com silêncio, a partir de hoje a posição do Governo do Estado e a partir daí nós vamos começar, se não der, se o Governo do Estado não nos der o posicionamento, nós não queremos que ele resolva a parada, nós queremos que ele diga o que é que vai fazer. Acho que muitos que estão aqui ao lado do Governo, também estão querendo dar esse grito, dizer o que pensam, mas as vezes não podem, mas deixem que eu digo, porque primeiro tenho um compromisso muito sério com todo o Paraná e acho que o Governo só se lembra da gente em época de decisão importante aqui dentro, na época de elegermos o membro do Conselho lá do Tribunal de Contas, só aí que lembram da gente, fora disso não se lembram.

Então está na hora de ser respeitado esse parlamentar e principalmente os Deputados que apoiam o Governo.

Fica aqui o alerta para que nós, os Deputados sejam mais respeitados pelo Governo do Estado, por alguns secretários que pensam que eles estão lá e são superiores a nós, não na verdade não são eu já disse a secretário na semana que passou os burocratas, os técnicos só estão no governo, porque os políticos os elegeram. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha, pela liderança do PT.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No final da semana passada a sociedade brasileira que tem ainda capacidade e condição de se indignar, se indignou com os fatos ocorridos em Rondônia envolvendo o movimento sem terra e a polícia militar daquele Estado.

Fazenda Santa Helena em Rondônia, cujo proprietário mora no Estado de São Paulo foi adquirida através do INCRA, usando o que se chama de contratos de alienação de terras públicas.

Tais contratos era o expediente usado na região amazônica nas décadas de 70/80, com objetivo de vincular a sua execução a um projeto de desenvolvimento Agropecuário. É sabido que no caso de Rondonia 99% desses contratos, estão inadimplentes, e portanto, o que o INCRA teria que fazer era rever essas terras para o domínio da União. Essas terras das quais 90% inadimplentes é uma parte delas que foi ocupada no dia 15/07 por um grupo de 500 trabalhadores rurais liderados naquele dia pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Co-



Curitiba, segunda, em 14.08.95

rumbiara, e esse 500 trabalhadores ocuparam a Fazenda.

Dia 19/07 passado, mais ou menos 40 PM obedecendo Mandado Judicial, tenta a reintegração de posse. Naquele dia os sem terra reagem com pedras e pau a essa tentativa, e o Secretário Geral do Sindicato é baleado pela Polícia Militar. No dia 01/08, o Juiz Goldinei Luiz ... ratificou o mandado e solicitou a imediata execução do despejo. Tal despejo foi se dar as 2 horas da madrugada do dia 08/08/95. Com cerca de 300 policiais militares investiram contra esses posseiros. Assustados e apavorados os posseiros tentaram reagir, foi quando os policiais com todo requinte de crueldade, adentraram no acampamento jogando bombas, disparando tiros contra as pessoas presentes, causando mortes e muitos feridos, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra Regional de Rondonia. Ainda de acordo com a CPT, depois do tiroteio, os policiais continuaram promovendo um festival de espancamentos. Muitos dos feridos que estão sendo atendidos no hospital da região, foram vítimas desse tipo de truculência. Dados oficiais indicam a morte de 11 pessoas, entre esses dois policiais militares, duas crianças e sete posseiros.

O número de feridos, chega a mais de 100 pessoas, sendo que pelo menos trinta estão em estado grave. A situação atual de acordo com a Comissão Pastoral da Terra, das 1.300 pessoas que se encontravam na área é a seguinte: 300 pessoas foram presas no Ginásio de Esporte de Colorado. 150 homens foram presos na Delegacia de Polícia de Colorado. 100 crianças e 80 mulheres, ficaram detidas nos Centros Comunitários da Paróquia Católica do Colorado.

E existe muitos posseiros desaparecidos. Essa é a situação daqueles trabalhadores que lutaram por um direito de terra, da qual foram vítimas desse despejo, que nós chamamos a atenção para o horário, as 2 horas da madrugada. Contrariando o que reza a Constituição Brasileira no seu Artigo 5º Inciso 11, que determina o cumprimento da ordem judicial durante o dia e obviamente sem excessos e como disciplina o Código Penal vigente. Duas horas da manhã, se nós estamos em casa num barraco, não importa aonde, se alguém entra não conseguiram vislumbrar quem era e nem do que se trata, qualquer pessoa reage porque sabe que poderá ser vítima principalmente pelo horário.

E quem vai as duas horas da manhã fazer despejo, não vai com a intenção pura e simples de fazer cumprir uma ordem judicial, vai sim já com a intenção de violência, vai com a intenção de matar e provavelmente isso ocorreu na Polícia Militar de Rondonia ao ocupar, ao invadir

esse acampamento dos sem terra.

Nós do PT, assim como o documento colocado pela Comissão Pastoral da Terra, exige a responsabilidade do Governo Federal e do INCRA nessa situação. Enquanto o Governo Federal diz que não tem dinheiro, para investir na Reforma Agrária, perdoa os Usineiros, perdoa as dívidas dos grandes Fazendeiros junto ao Banco do Brasil. E no entanto, do dinheiro que devia existir na Reforma Agrária, de uma total de um bilhão, apenas 32 milhões foram liberados e desses, Rondônia obteve apenas 615 mil, quando a previsão orçamentária para Rondônia era R\$ 3.200.000.000,00. O governo não libera as verbas para executar a reforma agrária, mas libera verbas para esse tipo de ação policial na qual morrem trabalhadores e alguns policiais no cumprimento do seu dever, quase tudo isso poderia ser preservado desde que o governo agisse com justiça.

Também devemos responsabilizar o Poder Judiciário, por tamanha barbárie, ocorrida na Fazenda Santa Emília. A CPT lembra muito bem: nos últimos dez anos registrou 942 assassinatos de trabalhadores rurais, advogados, lideranças sindicais e religiosas e outros profissionais ligados à luta pela terra. A CPT contabilizou 5762 conflitos envolvendo 5.739.238 pessoas.

Nos últimos 20 anos, apenas 52 casos de homicídios por conflitos de terras foram a julgamento, quando ocorreram 942 assassinatos. Na hora de se votar a reintegração de posse, a justiça, os Tribunais brasileiros têm agilidade, mas na hora de punir os criminosos nesses conflitos de terras, agem na maior lerdeza e na pouca vontade possível, pois de acordo com a CPT 942 assassinatos e apenas 52 casos de julgamento. Justiça só ocorre se tivermos reforma agrária a distribuição de terra e que a justiça aja com agilidade no caso de punir os criminosos e os assassinos e no caso de quando tiver que exercer e decidir sobre a questão da reintegração de posse, que aja realmente com justiça, favorecendo a negociação, agindo com imparcialidade, mas não sem conhecer a realidade e os problemas sociais. Já daram ordens de despejo e requisição da polícia militar para efetua-la, principalmente neste horário de 2 horas da madrugada, quando não é um horário permitindo pela Constituição ou seja, já com segundas intenções de agir nesse sentido.

Nesse sentido Senhores Deputados nós do PT com o apoio de alguns deputados e lideranças, pedimos o apoio dos demais deputados para o envio de mensagem ao governador de Rondônia, pedindo agilidade, rapidez na apuração das responsabilidades e que a justiça dessa vez não falhe e realmente aja punindo os culpados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra a Liderança do PP, do PDT, do PSDB, do PFL.

Com a palavra o Senhor Deputado Élio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nós vivemos na manhã de hoje no Palácio Iguazu a assinatura de convênios entre o Governo do Estado e alguns municípios. Não podíamos deixar em branco, neste momento, de uma nova administração, de uma nova visão de nosso Estado. São diversas as secretarias de Jaime Lerner que procuram lançar novos programas. E a Secretaria de Saúde através de seu titular e através do Programa - Paraná mais Saúde, tem implantado em nosso Estado nesses 7 meses de Governo uma nova sistemática. E nesse Paraná mais Saúde, procurou-se atender, principalmente, aquelas pessoas que mais precisam e mais necessitam desse atendimento. Quer seja através da Secretaria da Saúde, quer seja através dos municípios - em parceria, ou quer seja através de convênios celebrados entre o Governo do Estado e a Secretaria de Saúde.

Na manhã de hoje quase 20 municípios assinaram convênios para a compra de equipamentos, para instalação de unidades de tratamento da saúde e de uma ou de outra forma procurou levar esse benefício para a sociedade do nosso Paraná.

E através desses convênios temos certeza que o grande beneficiário, sem sombra de dúvida, é o nosso povo. Aquela pessoa que finalmente precisa da nossa saúde. E esses convênios são os primeiros de uma série de outros que virão. E nesse Paraná mais Saúde, nós já temos o programa da Farmácia Básica que atende todos os municípios do Estado. Atualmente são gastos 3 milhões de reais a cada trimestre. O que corresponde a um milhão de reais por mês. Para os municípios que apresentam esses projetos e as suas necessidades. São quase 40 itens de remédios que são levados para o interior ou para a sociedade paranaense.

Temos certeza que a Secretaria de Saúde desde que faça esse trabalho através das suas regionais de saúde, como está sendo feito através das farmácias básicas, como está sendo feito o trabalho, hoje, em termos de saúde. A Central de Transplantes que haverá de ser instalada e esperamos que dê certo para os nossos paranaenses. Uma Central de marcação de consultas já instalada em nosso Estado. Como a Central de Leite e tantos outros itens, programas que já foram implementados em nosso Estado através da Secretaria de Saúde.

Apenas para deixar registrado este acontecimento no dia de hoje que, sem sombra de dúvida, enaltece as pessoas que mais precisam. O Governo parte, efetiva-

mente, para a prática, o Governo parte, efetivamente, para o atendimento às pessoas que mais necessitam e que mais precisam. Espero que não só tenha saúde, mas que todas Secretarias de Estado façam exatamente esse trabalho voltado para os nossos municípios e para as pessoas mais necessitadas.

O Sr. Valmor Trentini - Me concede um aparte (assentimento).

Deputado Élio Rusch, acompanhei junto com V.Exa. as assinaturas dos convênios da ordem de 1 milhão e 600 mil reais através da Secretaria de Saúde, destinou o Governo do Estado aos municípios também de Curitiba e do interior. E já a diferença de comportamento ali já se apresentou. Porque muitos desses convênios que foram assinados hoje, foram assinados duas vezes no governo passado. Só que a diferença é que hoje, o dinheiro às 10 da manhã já estava na conta das prefeituras. E ali me dizia um dos prefeitos até da Oposição: "Este Governo Jaime Lerner com o Programa Farmácia Básica que já encaminhou o segundo lote de medicamentos, para as regionais de saúde de todo Estado do Paraná para serem distribuídos aos municípios, só com este programa, isto palavras do Prefeito, só com este programa nosso Governo já estaria dando uma goleada no Governo Passado, em função de que o Governador tem insistido de que não haveria e não haverá discriminação. Isto está acontecendo na prática porque todos os municípios estão recebendo e mais de 70% da população já está sendo atendida só com esta cesta básica de medicamentos que o Governo encaminha diretamente aos municípios.

Então, acho que isto é um grande avanço e a saúde do Paraná, com certeza, neste Governo vai ter um tratamento de prioridade.

O Sr. Marquinhos Alves - Permite um aparte, Deputado? (Assentimento).

Deputado, acompanho atentamente a sua participação e na nossa região de Maringá, nós temos o município de Paissandu, um município que fica na região metropolitana de Maringá e a grande felicidade nossa hoje na assinatura dos convênios lá no Palácio Iguazu foi visto pela visão que os Prefeitos tem do Governador Jaime Lerner.

O Hospital de Paissandu, mil e setecentos metros, parado há cinco anos e quando se fala em obra parada a gente vê um grande prejuízo social, pois é um dinheiro que foi empregado e hoje está parado, então a gente vê que é um prejuízo duplo e graças ao bom trabalho, ao desempenho, sem sombra de dúvida, espetacular do Governador Jaime Lerner, nós

estamos vendo que tudo aquilo que foi herdado do Governo passado, ele está assumindo com grande responsabilidade.

Então, parabéns também ao Secretário, com seu arrojo, com sua luta, sua vivência espetacular dentro do seu ramo tem atingido as expectativas e também o senhor tem sido muito feliz nas suas palavras, parabéns ao Governador Jaime Lerner que a cada dia está trazendo novidades para a gente. Era o que nós esperávamos está superando até as expectativas. Muito obrigado, Deputado.

O SR. ELIO RUSCH - Acho que o Governador Jaime Lerner é um homem que tem crédito, que acima de tudo tem credibilidade e da forma como está administrando o Estado, diante desta situação econômica que atravessa a nossa Nação, mas felizmente o Jaime Lerner hoje as pesquisas mostram como o Governador mais popular e como o Governador mais atuante da nossa Federação. Para nós que somos paranaenses e nós que não pertencemos ao Partido do Governador Jaime Lerner, mas pertencemos ao Partido PFL e, diga-se de passagem, foi o primeiro Partido a firmar o protocolo de intenções da coligação que levou Jaime Lerner à vitória no último pleito, para nós é motivo até de muita satisfação em ver o nosso Governador e como paranaense e não como político, mas como paranaense, ver o nosso Governador na primeira colocação de todas as pesquisas do nosso Brasil.

Seriam estas as colocações que nós gostaríamos de fazer neste momento e parabenizar acima de tudo, mais uma vez, o Governador Jaime Lerner, da forma, na situação econômica e na crise que também se pode administrar um Estado e principalmente o governo se preocupar com a questão básica. Aliás é isto que nós sempre falamos, que o Governo deveria cuidar as três questões, cuidar da Saúde, da Educação e da Segurança e dar incentivo, inventivar para que a própria iniciativa privada cuide da sua região.

É por isto que nós do PFL a nível nacional e nós a nível estadual também somos a favor da privatização, que o Governo cuida das três coisas essenciais: saúde, educação e segurança e o resto deixe para a sociedade que a sociedade se organiza e dentro desta questão da saúde o Governador Jaime Lerner está dando um passo importantíssimo, como disse o próprio Deputado Walmor Trentini, que nestes sete meses o Governador Jaime Lerner, através da Secretaria de... (Término de Tempo).

Para concluir, que nestes sete meses de Governo o governador Jaime Lerner tem feito muito mais em sete meses do que o último Governo em quatro anos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de passarmos a última Liderança, queremos, com satisfação, nos associarmos com o ilustre Deputado José Maria, na presença do ilustre Prefeito de Mirassol, o companheiro José Rubens que acompanha também o Ex-Prefeito Aristides daquele Município, que nos honram com as suas presenças nesta Casa. Com a palavra Liderança do Governo, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputado Elio Rush, Deputado Walmor Trentini já se posicionaram a respeito dos convênios assinados hoje pela manhã na sede do governo do Estado do Paraná, aonde vários Municípios foram beneficiados, não apenas com a assinatura dos convênios, mas já com a contrapartida, com o recebimento em conta corrente daquilo que é destinado a cada um dos Municípios.

Dizia o Governador da vontade que ele tinha de poder atender melhor ainda os Municípios, dar um valor melhor ainda, não só na área da saúde, mas na área de educação, na área de habitação, de atendimento à criança, enfim, a todos os programas especialmente na área social. Todos nós sabemos que a situação não está para brincadeira, a recessão que está no País, a quebra-geral que está acontecendo quase que nas indústrias, no comércio, tem levado até algumas empresas, se não fechando as portas, dando férias coletivas, os Governos cada vez mais segurando a máquina porque não dá para grandes despesas, grandes obras em consequência dessa situação. Mas o governador tem feito o que é preciso, tem feito muito esforço no sentido de desenvolver a iniciativa privada em alguns projetos onde é possível entrar a iniciativa privada.

Ainda na última sexta-feira o governador Jaime Lerner lançou a Rádio Aluno. Programa lançado pela Rádio Educativa e que se constitui numa ação conjunta da Secretaria de Estado da Cultura e da FUNDEPAR visando o fortalecimento do ensino no Estado através da participação de jovens, estudantes na vida e na cidadania paranaense. E o primeiro programa Rádio Aluno contou com a participação de vinte e cinco alunos e versou sobre o tema a questão do meio ambiente. Pelo alto alcance do programa que será transmitido semanalmente às sextas-feiras às 18:00 horas pela Rádio Educativa, merece os seus organizadores e promotores os votos evidentemente de que tudo dê certo, que esse é um programa realmente voltado para a educação do jovem paranaense, utilizando as ondas do Rádio que são ainda de fundamental importância para nossa sociedade, em que pese o advento da televisão, o rádio continua ainda

desempenhando de forma extraordinária o seu papel.

Eu queria dizer também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de que nem sempre é possível o Governador, o Presidente, o Prefeito, o Presidente da Casa atender a tudo aquilo que lhe é solicitado, em que pese a boa vontade, em que pese reconhecer o mérito daquele projeto, daquele pedido apresentado por um parlamentar, nem sempre é possível atender. Vejam que o Governador tem estado com o Palácio de portas abertas a todas as Bancadas dessa Casa, a todos os Prefeitos, ainda hoje pela manhã a maioria dos Prefeitos, que assinaram convênio, a maioria eram Prefeitos que não deram apoio político ao Governador Jaime Lerner, nem por isso qualquer discriminação; muito menos ainda quando se pensa em fazer um projeto, ou um programa em que venha gerar mais empregos, o governador é o primeiro a abrir a porta do Palácio, a receber os empresários, a oferecer alguma coisa em troca do recolhimento do ICMS, do IPMI, em troca do maior número de funcionários. No entanto é preciso que haja o respeito à pessoa do Governador. O Governador tem tido toda a paciência num momento muito difícil para o Estado, não só para o Paraná. Eu lia o Jornal Folha de São Paulo de domingo, o Governador Mário Covas está demitindo servidores com menos de dois anos de serviço público. Nós aqui não chegamos a isso e espero que não precise chegar a esse ponto, mas para isso é preciso ter paciência, não se pode resolver, o que não foi resolvido em cinco anos, não se pode resolver em sete meses.

Não se pode resolver o problema de uma empresa ou de outra, quando ela já teve problema lá atrás, o antigo BADEP que hoje sequer nem existe mais, então é preciso paciência, não se pode vir aqui neste tribuna jogar toda sua raiva o seu ódio em cima do governador. Tanto o governador mostrou boa vontade que recebeu parlamentares, empresários em gabinete conversou, agora o que o governador não pode é ser desrespeitado. A partir do momento em que o governador for desrespeitado, a partir do momento em que o governador não tiver a importância necessária, se mostrar refém de um parlamentar ou da Assembléia, nem ele quer, nem a própria Assembléia também quer. O que nós queremos que haja é esse convívio harmonioso entre os três poderes e tem significado nesse período, graças a Deus, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e nós parlamentares em que pese os primeiros 6 meses de um pouco de turbulência, talvez pela inexperiência de nós mesmos, de alguns secretários e até mesmo de alguns companheiros mais ligados ao governador, superamos tudo isso, graças a Deus, estamos todos imbuídos da melhor boa

vontade de fazer as coisas acontecer neste Paraná. Agora sob pressão não. Sob pressão nem eu, nem o Presidente da Casa, nem um dos senhores parlamentares é capaz de trabalhar.

Apenas esse cuidado que nós queremos que haja entre o relacionamento nosso, dos parlamentares, com o governador. Não que o governador seja intocável, não é nada disso, mas ele também precisa ter tempo para poder trabalhar, o governador anda preocupado, as coisas não andam boas, as finanças do Estado não andam boas, então com calma nós chegaremos lá. O governador mostrou maior boa vontade quando recebeu o Deputado Jocelito e os empresários de Ponta Grossa. Vou ver o que é possível fazer. Agora não me pressionem, não é sob pressão, é com entendimento, é com levantamento, é saber como ficou o problema no BADEP e ver se o Banestado pode ajudar ou não pode ajudar, o que não se pode fazer são concessões. O que se faz para uma se faz para todas.

Ouçó o aparte do Deputado Renato Adur.

Querida só completar, é apenas isso, o governador não tem nada contra nenhum parlamentar, quer atender todos da melhor maneira possível, sendo de situação ou de oposição, mas dentro do que é possível naquilo que está no limite do próprio governador.

Ele não tem essa liberdade tão grande quanto se imagina de poder fazer aquilo que deseja fazer, ele passa pelo crivo desta Casa, por isso é que eu peço um pouco de tranqüilidade.

Concedo aparte ao Deputado Renato Adur.

O Sr. Renato Adur - Deputado Algaci Túlio, a nossa bancada do PMDB nós que fomos líder do Governo, Deputado Pessuti, Deputado Caíto, nós compreendemos perfeitamente a situação e a posição de V.Exa. procurando contemporizar determinadas situações, como líder do governo.

Eu só gostaria de fazer uma ressalva, na comparação que Vossa Excelência fez com o Estado de São Paulo. Nós sabemos que São Paulo hoje tem setecentos mil funcionários públicos e o Estado do Paraná tem 120.

Nós sabemos também, é público e notório no país que o Estado de São Paulo, o atual Governador Covas pegou o Estado em situação bastante difícil, inclusive com o Banco do Governo de São Paulo em situação bastante caótica, enquanto que o Governo do Paraná, o nosso ex-governador Roberto Requião, ex-governador Mário Pereira, antes dele o Governador Álvaro Dias e antes ainda o Governador José Richa passaram os governos aos seus sucessores em condições de plena governabilidade

Curitiba, segunda, em 14.08.95

A nossa bancada nesse primeiro semestre teve também a complacência, a paciência e teve respeito ao atual governador não tecendo críticas sem fundamento e aceitando até o posicionamento do atual governo, na questão da reacomodação do próprio governo na situação administrativa do Estado.

Entretanto, nós só lamentamos uma única coisa, Deputado Algaci Túlio, quando nós vemos a questão salarial uma série de questões até salariais do funcionalismo público e não teríamos hoje um descontentamento maior que nós estamos vendo. A nossa bancada tem se posicionado no sentido de aprovar e apoiar as Mensagens de interesse do Estado do Paraná. É lógico que nós não vamos entrar em questões políticas do não atendimento de um Deputado.

Isso é coisa corriqueira no nosso entendimento. Nós estamos trabalhando mais no atacado, nas questões maiores do Estado do Paraná. Então acho que deveria ser esse o entendimento de todo Parlamentar. Entretanto, nós reforçamos aqui o pedido a V.Exa. de que voltamos aquela questão, a discussão daquela questão salarial daquele Projeto do Governo que foi apresentado no início do ano. Agora que o Governo do Estado encaminha 10% de aumento do funcionalismo em geral. Sabemos da situação, não é fácil para o Estado do Paraná. O Governador terá o nosso apoio, agora gostaríamos também de discutir essas questões fundamentais na questão desse plano de carreira do funcionalismo do Estado do Paraná.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço o aparte do Deputado Renato Adur e entendo a sua preocupação que é de todos nós, inclusive nós Deputados, de apoio ao Governo, que entendemos que há o arrocho salarial, que há uma tendência muito grande, que vem de Governos anteriores. Não se discute a questão se vem de Governos anteriores, só se discute a situação de momento porque passa o País. Esta é a realidade. Nenhum outro Estado está dando nenhum tipo de reajuste. O Paraná está dando esse já é o terceiro que o Governo do Estado dá. Se o Governador pudesse daria muito mais, mas volto a repetir, os Senhores que já foram durante anos sabem dessa dificuldade. Hoje diferente de situações anteriores.

Hoje uma situação que se valoriza muito o Plano Real, e conseqüentemente trás toda essa situação que está aí de momento. Tenho certeza que haveremos de encontrar um bom caminho. Torcer para que haja uma boa arrecadação, torcer para que haja um bom entendimento entre o Governo do Estado e servidores públicos, a quem nós todos respeitamos e defendemos aqui dessa Tribuna e continuamos a defender, porém

dentro dos limites que forem possíveis.

Tenho certeza que o Governador ao assinar essa Mensagem de 10% ele estava sentindo a dificuldade até que ele tinha, da vontade própria, ele seria capaz de colocar ali mais 10, mais 20%. Mas o caixa não suporta e os Senhores não de convir comigo. Essa é uma realidade, não é uma má vontade, é uma realidade e nós vamos recuperar essa situação. Agora de momento...

O SR. Luiz Eduardo Romanelli - Me concede um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Concedo o aparte solicitado.

O SR. Luiz Claudio Romanelli - Na verdade é o seguinte, agradeço o aparte de Vossa Excelência, apenas para lhe comunicar, também contando com o apoio de muitos Deputados, apresentamos uma emenda modificativa em relação ao percentual de reajuste da Mensagem que Sua Excelência o Governador Jaime Lerner mandou a essa Casa.

O Governador fez uma campanha eleitoral pregando no discurso a recuperação do salário do servidor público.

Na verdade o Senhor sabe, como nobre Deputado que é há muitos anos e Líder do Governo nesta Casa, que atualmente o Governo Estadual tem a maior receita da sua história.

Nunca o Governo Estadual teve uma receita tão alta como tem agora.

Creio que na verdade há de se recuperar salários de servidor, especialmente do Magistério e dos Policiais Militares, que estão passando por uma grave e problemática crise do ponto de vista da Corporação.

É nesse momento e por isso que seguramente tenho a convicção que o Governador vai rever esses números e vai poder recuperar alguns salários.

Por isso, quero na verdade, estabelecer com Vossa Excelência e com os demais Deputados um debate, nós queremos aqui debater uma política salarial para o servidor público estadual.

É claro sem comprometer as obras que o Governo deva realizar, mais seguramente pagar o melhor salário para o policial e o melhor salário para o professor.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço o aparte, sei da sua vontade e a vontade é minha também, mas eu lhe confesso, Vossa Excelência que já foi membro do Poder Executivo como Secretário sabe, das dificuldades porque passa o Governo do Estado.

Esta é uma situação atípica, aos governos anteriores, é bom que se diga.

Mas haverá toda uma boa vontade num



futuro bem próximo, se Deus quiser, nós recuperaremos todas essas perdas que já tem 8 anos atrás.

Não se pode exigir que o Governo em sete meses, recupere o que se deu em 8 anos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário das Lideranças.

Passamos à

#### ORDEM DO DIA

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante o expediente, solicitando autorização deste Poder para ausentar-se das Sessões Plenárias nos dias 15 e 16 do corrente mês, em função de viagem à Brasília, atendendo convocação da CPI dos Bingos na Câmara dos Deputados. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando autorização deste Poder para ausentar-se das Sessões Plenárias nos dias 15, 16 e 17 do corrente mês, em virtude de participação da EXPOTÉCNICA 95 no Município de Sabáudia. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 066/95, subscrito pelo Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, informando sua desfiliação do Partido Progressista. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 522/95, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que objetiva estabelecer novos critérios de fixação do vencimento de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, nos termos da deliberação do egrégio Tribunal Pleno. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 0800, subscrito pelo Senhor Procurador Geral de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que visa reajustar os vencimentos básicos mensais do cargo de Procurador Geral de Justiça, a partir de 01 de agosto de 1995. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 802/95, subscrito pelo Senhor Procurador Geral de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que visa reajustar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, Órgão da Administração Superior do Ministério Público, a partir de 01 de agosto de 1995. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 2059/95, subscrito pelo Se-

nhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que fixam o vencimento básico mensal dos cargos de Conselheiro, Auditor, Procurador Geral e Procurador do Estado junto a este Tribunal, a partir do dia 01 de agosto de 1995. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 2060/95, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que reajusta em 10% (dez por cento) as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Contas, a partir do dia 01 de agosto de 1995. **A Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. A Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. A Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 017/95, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que dispõe sobre a atenção à saúde mental no Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. EMENDA DA C.S.P.. **APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.**

Emenda - Aprovada.

Projeto - Aprovado.

#### ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 064/95, de autoria do Deputado Toti Colaço, que autoriza o Poder Executivo Estadual a construir e financiar, total ou parcialmente, em âmbito estadual, o sistema "Casa do Produtor Rural". PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.O.P.T.C., C.A.I.C E C.F.. EMENDAS DA C.A.I.C. E C.F.. **APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.**

Em votação a Emenda - Aprovada.

Em votação a Emenda nº 2 - Aprovada.

Conseqüentemente, **aprovado o Projeto 64/95.**

#### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/95, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Guarda Mirim de Guaíra, com sede e foro na Cidade de Guaíra e dá outras providências.

PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.**  
(Publ. no D.A. n° 59, de 30.05.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 196/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Élio Lino Rusch, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Guarda Mirim de Guaíra, com sede e foro na Cidade de Guaíra.

Não existe óbice de natureza constitucional e regimental à normal tramitação do projeto de lei em tela e ele se encontra de acordo com a legislação que regulamenta a matéria.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 245/95, de autoria do Deputado Edgard Bueno, que declara de Utilidade Pública a União Oeste Paranaense de Estudo e Combate ao Câncer - UOPECCAN, com sede e foro no Município de Cascavel. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 75, de 22.06.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 245/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Edgard Bueno, objetiva declarar de Utilidade Pública Estadual a União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer, com sede e foro no Município de Cascavel.

Devidamente justificado e apresentando a documentação exigida, nada há que possa obstar a normal tramitação da matéria.

Por oportuno, vale ressaltar o alto sentido social que envolve as atividades desenvolvidas pela entidade que ora se pretende declarar de Utilidade Pública, razão, também, pela qual manifestamos nosso parecer favorável à aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 256/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Casa Espiritualista Cristã Obreiros da Paz, com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 81, de 28.06.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 256/95

P A R E C E R:

O plano de lei em epígrafe, do Deputado Algaci Túlio, visa declarar de Utilidade Pública a Casa Espiritualista Cristã Obreiros da Paz, com sede e foro nesta Capital.

A matéria atende aos aspectos da constitucionalidade e da técnica legislativa, cumprindo também todos os requisitos da Lei n° 6994/78.

Pelos motivos acima expostos, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 08.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 259/95, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública a Organização Mundial para Educação Pré-Escolar - OMEP-BR-PR, com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 81 de 28.06.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 259/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Renato Adur, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Organização Mundial para Educação Pré-Escolar - OMEP/BR/PR", com sede e foro nesta Capital.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental não existem óbices a normal tramitação da proposição em tela.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 262/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação Ruth Schrank de Assistência a Excepcionais Portadores de Deficiência Física Não Sensorial, com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 81, de 28.06.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 262/95

P A R E C E R:

O projeto de lei, de autoria do Deputado Algaci Túlio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Ruth Schrank de Assistência a Excepcionais Por-

tadores de Deficiência Física Não Sensorial de Curitiba.

Dispõe a Lei n° 6.994/78:

"Art. 1° - As Sociedades Cívis, as Associações e as Fundações constituídas no Estado do Paraná, ou que aqui exerçam suas atividades através de representações e, que visem exclusivamente servir desinteressadamente à coletividade, poderão ser declaradas de Utilidade Pública, provados os seguintes requisitos:

I - que possuam personalidade jurídica há mais de um ano.

II - que estão em efetivo exercício e servem desinteressadamente à coletividade em observância aos fins estatutários.

III - que não remunera a qualquer título os cargos da sua diretoria e que a entidade não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto.

IV - que, comprovadamente, mediante relatório apresentado, promove a educação, a assistência social, ou exerce atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas, ou filantrópicas, de caráter geral ou indiscriminatório".

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão entendeu que há respaldo legal, para o prosseguimento da presente, não encontrando óbice à sua tramitação nessa Casa de Leis.

Nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 08.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

#### ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 264/95, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim da Figueira, com sede e foro no Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 83, de 29.06.95)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 264/95

##### P A R E C E R:

Autoria do Deputado Eduardo Trevisan.

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Jardim da Figueira, com sede e foro no Município de Cornélio Procópio.

O projeto de lei em questão, cumpre o preceituado pela Lei n° 6.994, de 10.01.78.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços no sentido de organizar a comunidade para a melhoria de sua condição de vida.

Sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, o parecer favorável. É o relatório.

Sala das Comissões, em 08.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimentos n°s 2188 e 2189, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2190 a 2196, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2197 a 2201, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2202 e 2203, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2205 a 2207, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2208, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2209, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2211, de autoria do Senhor Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 2217, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2218, de autoria do Senhor Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão,



Curitiba, segunda, em 14.08.95

na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 2219, de autoria do Senhor Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2223, de autoria dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Irineu Colombo e Péricles Mello, com apoio dos Senhores Deputados Augustinho Zucchi, Caíto Quintana, Algaci Túlio e Eduardo Trevisan, constante do expediente. **Encaminhe-se na forma do requerido.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2224, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2210, de autoria do

Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2225, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

# ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s: 196, 245, 256, 259, 262, 264/95.

Levanta-se a sessão.